



**CURRÍCULO**

**RESUMÉ**

170420262026

<p><b>NOME: WILLIAM FREIRE</b> Graduação: Direito. Faculdade: Universidade Federal de Minas Gerais. Especialização: Direito da Mineração.</p>	<p><b>NAME: WILLIAM FREIRE</b> Bachelor's degree: Law. University: Federal University of Minas Gerais, Brazil. Specialization: Mining Law.</p>
---	--



## LIVROS PUBLICADOS

Comentários ao Código de Mineração. (1995. 2ª ed. Rio de Janeiro; Editora Aide. 1995).

Revista de Direito Minerário. Belo Horizonte: (Editora Revista de Direito Minerário. 1997. Vol. I – Coordenador).

Direito Ambiental Brasileiro. Rio de Janeiro: (Editora AIDE. 1998).

Revista de Direito Minerário. Belo Horizonte: (Editora Revista de Direito Minerário. 2000. Vol. II – Coordenador).

Recurso Especial e Extraordinário. Belo Horizonte: (Editora Mineira. 2002).

Os recursos cíveis e seu processamento nos Tribunais. Belo Horizonte: (Editora Mineira. 2003).

Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte: (Editora Mineira. 2005).

Coletânea de Legislação Mineral. Belo Horizonte: (Editora Mineira. 2005).

Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: (Editora Mineraria. 2005).

Código de Mineração em Inglês. Belo Horizonte: (Jurídica Editora. 2008 – Cotradutor).

Dicionário de Direito Minerário. Inglês – Português. (2. ed. Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário. 2008 – Coautor).

Gestão de Crises e Negociações Ambientais: Belo Horizonte: (Editora Del Rey. 2009).

Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário técnico de Meio Ambiente. (2 ed. Belo Horizonte: Jurídica Editora. 2009 – Coordenador).

Mineração, Energia e Ambiente. Belo Horizonte (Jurídica Editora. 2010 – Coordenador).

Fundamentals of Mining Law. Belo Horizonte (Jurídica Editora. 2010).

Código de Mineração Anotado e Legislação complementar em vigor. (5 ed. Belo Horizonte: Editora Mandamentos. 2010).

Aspectos controvertidos do Direito Minerário e Ambiental. Belo Horizonte: (Jurídica Editora. 2013. Co-coordenador).

The Mining Law Review. 6a. edição. Capítulo do Brasil. London: The Mining Law Reviews, 2017.

Direito da Mineração. Co-coordenador. Belo

## PUBLISHED BOOKS

Annotations on Brazilian Mining Code (2nd. ed., Editora Aide, Rio de Janeiro, 1995).

Mining Law Review (Editora Mineira, Belo Horizonte, 1997. Tomo I – Coordinator).

Brazilian Environmental Law (Editora Aide, Rio de Janeiro, 1998).

Mining Law Review (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2000. Tomo II – Coordinator).

Appeals to the Superior Court and the Supreme Court (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2002).

Civil Appeals and Their Processing by the Courts (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2003).

Environmental Law Applied to Mining. Belo Horizonte. (Editora Mineira. 2005).

Mineral Law Collection (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Legal Nature of Exploration Consent, Exploitation Consent and Mine Claims in Brazilian Law (Editora Mineira, Belo Horizonte, 2005).

Brazilian Mining Code. English version (Jurídica Editora, Belo Horizonte 2008 – Co-translator).

Mining Law Dictionary. English – Portuguese (2nd. ed., Editora Revista de Direito Minerário, Belo Horizonte, 2008 – Co-author).

Environmental Crisis and Environmental Negotiation Management (Del Rey, Belo Horizonte, 2009).

Dictionary of Environmental Law and Technical Environmental Vocabulary (2nd. ed., Editora Mineira, Belo Horizonte, 2009 – Coordinator).

Mining, Energy and Environment (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010 – Co-coordinator).

Fundamentals of Mining Law (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2010).

Annotated Mining Code and Complementary Mining Legislation (5th. ed., Mandamentos, Belo Horizonte, 2010).

Controversial aspects of Mining and environmental Law (Jurídica Editora, Belo Horizonte, 2013. Co-coordinator).

The Mining Law Review. 6a. ed. Chapter Brazil. Publisher: The Law Reviews, London, 2017.

Mining Law. Co-coordinator. Belo Horizonte: D'



<p>Horizonte: D'Plácido. 2017. Capítulo: Avaliação judicial de rendas e danos para pesquisa mineral.</p> <p>Riscos Jurídicos na Mineração. Manual. Belo Horizonte. Jurídica Editora. 2019.</p> <p>O mínimo que todo empresário necessita saber sobre Direito Penal (coautor). Manual. Jurídica Editora. 2019.</p> <p>Direito Minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Editora D'Plácido. 2ª edição, 2022.</p> <p>Direito da Mineração. Instituto dos Advogados de Minas Gerais. 2022. Organizador.</p> <p>Direito da Mineração. Instituto dos Advogados de Minas Gerais. 2ª Edição, 2023. Organizador.</p> <p>Direito da Mineração: temas. Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2025. Organizador.</p> <p>Direito Minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Editora D'Plácido. 3. edição, 2025.</p>	<p>Plácido. 2017. Chapter: Judicial proceeding for appraisal of rent, damages due to exploration works.</p> <p>Legal Risks in Mining. Belo Horizonte: Jurídica Editora. 2019.</p> <p>The least every businessman must know about criminal law (co-author). Jurídica Editora. 2019.</p> <p>Mining Law: Access to third party property for exploration and mining. D'Plácido Publisher. 2<sup>nd</sup> edition, 2020.</p> <p>Mining Law. Institute of Lawyers of Minas Gerais. 2022. Coordinator.</p> <p>Mining Law. Institute of Lawyers of Minas Gerais. 2<sup>nd</sup> Edition, 2023. Coordinator.</p> <p>Mining Law: themes. Institute of Lawyers of Minas Gerais. 2<sup>nd</sup> Edition, 2025. Coordinator.</p> <p>Mining Law: Access to third party property for exploration and mining. D'Plácido Publisher. 3<sup>rd</sup> edition, 2025.</p>
--	--

<p><b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS</b></p> <p>Sócio DEMAREST Advogados</p> <p>Fundador do Escritório William Freire Advogados Associados. Sócio</p>	<p><b>PROFESSIONAL ACTIVITIES</b></p> <p>Partner at DEMAREST Advogados</p> <p>Founding partner of William Freire Advogados Associados Law Office.</p>
---	---

<p><b>TRIBUNAIS ARBITRAIS</b></p> <p>Árbitro em Direito Minerário da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil – CAMARB.</p>	<p><b>ARBITRATION CHAMBERS</b></p> <p>Arbiter in Mining Rights at the Corporate Arbitration Chamber – CAMARB.</p>
--	---



### **ATIVIDADES DOCENTES**

Professor do curso de pós-graduação do Centro de Estudo em Direito e Negócios.

Atuou como professor no curso de Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação do Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União.

Ex-Professor do curso de pós-graduação do CAD – Centro de Especialização em Direito.

Atuou como professor convidado no Curso Internacional de Verano: Derecho de Minería, Medio Ambiente, Gestión Social y Uso de Recursos Hídricos en Actividades Mineras. Faculdade de Direito da Universidade San Martín de Porres. Lima, Peru. Fevereiro de 2011.

Ex-professor no curso de pós-graduação da Faculdade de Direito Milton Campos.

Ex-professor do curso de pós-graduação do Centro Universitário UNA.

Ex-professor no curso de pós-graduação da Faculdade Pitágoras.

Ex-professor no curso de pós-graduação do CEAJUFE – Centro de Estudos da Área Jurídica Federal.

Ex-professor de Direito Minerário no curso MBA – Gestão Avançada de Empresas de Mineração da Universidade Estácio de Sá (2002).

### **TEACHING ACTIVITIES**

Professor at the graduate course at Center for Study in Law and Business.

Gest professor at Instituto Serzedello Corrêa, linked to Tribunal de Contas da União. Course: Specialization in Privatization and Regulation Control

Ex- Professor at CAD – Center for Specialization in Law.

Gest professor at the International Summer Course: Mining Law, Environment, Social Management and Use of Hydric Resources in Mining Activities. Law School of the Universidad de San Martín de Porres. Lima, Peru, February 25, 2011.

Former professor at Milton Campos Law School.

Former professor at UNA Law School.

Former professor at Pitágoras University.

Former professor at CEAJUFE – Center for Federal Legal Studies Area.

Former professor on Mining Law at the MBA Course for Advance Management of Mining Companies at Universidade Estácio de Sá (2002).

**PRINCIPAIS PALESTRAS PROFERIDAS, SEMINÁRIOS, DEBATES E CURSOS MINISTRADOS**  
**MAIN PRESENTATIONS GIVEN, AND SEMINARS, DEBATES AND COURSES**  
**SPONSORED/ORGANIZED.**

**INTERNACIONAIS**

Pós-graduação em Direito da Mineração. Colegio de Abogados de Sullana, Peru. Palestra: Derecho Minero Comparado: Debate a partir del régimen jurídico de la minería brasileña. Junho/2025.

International Colored Gemstone Association (ICA) Congress. Painel: Indústria brasileira de gemas de cor: Líder em compliance e sustentabilidade. Brasília, maio/2025.

Lima, Perú. III Seminario de Derecho Minero. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas de la Universidad Nacional Hermilio Valdizán de Huánuco. Tema: Derechos de superficie y servidumbres mineras.

Lima, Perú. Seminario de especialización en Derecho Minero. BE LAWYER. Sección internacional. Marco Legal Minero en Brasil. Setembro/2022.

Lima, Perú. II Congreso Internacional en Derecho Minero. Instituto de Capacitación Jurídica. Tema: Minería, protección ambiental y responsabilidad social en Brasil. Janeiro/2021.

Lima, Peru. I Ciclo Internacional de Conferências. Direito da Mineração e Meio Ambiente. Facultad de Derecho de la Universidad San Ignacio de Loyola. Tema: Política Mineral, Segurança jurídica e Atração de Investimentos. Outubro/2020.

Lima, Peru. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. (Universidad del Peru, Decana da América). Facultad de Derecho y Ciencia Política. Tema: Panorama da legislação mineral na América Latina. Jun/2017.

Santiago. Facultad de Derecho. Universidad de Chile. XIII Jornadas Derecho Minerário. Nov/2011. Videoconferência. Tema: Direito Minerário brasileiro e desafios do Brasil com o novo marco regulatório da Mineração.

Lima, Peru. Curso Internacional de Verano: Derecho de Minería, Medio Ambiente, Gestión Social y Uso de Recursos Hídricos en Actividades Mineras. Facultad de Derecho da Universidade San Martin de Porres. 24/25/Fev/2011. Aulas ministradas: Direito Ambiental Brasileiro: Fundamentos e realidade na sua aplicação e Direito Minerário na América Latina Jun/2017.

Buenos Aires, Panorama Minero. V Encuentro Nacional de Derecho Minero e VI Encuentro Latinoamericano y del Caribe de Legislación Minera. Nov/2007. Tema: Direito Minerário e Direito Ambiental: sua integração e conflitos. Argentina/Buenos Aires.

Maputo, Moçambique. Curso de Direito Minerário e Ambiental dentro do Programa Desenvolvimento de um Quadro Jurídico para Concessões Minerais de Moçambique. Dez/2006. Tema: Mineração e Meio Ambiente. Maputo/Moçambique.

Lima, Peru. Universidad de San Martin del Porres. Facultad de Derecho. Encuentro Internacional de Derecho de Minería. 25 años de vigencia de la Ley General de Minería. Análisis, comentarios y propuestas de modificación. Tema: Panorama da legislação mineral na América Latina: uma visão a partir do regime jurídico da mineração do Brasil. Jun/2017.

**NACIONAIS**

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Panorama minerário 2024. Decisões, normas e agenda regulatória da ANM. Moderador. DEZ./2024.

EXPOSIBRAM 2022. Expo & Congresso Brasileiro de Mineração. Painel: Prioridades da agenda regulatória. Setembro/2022.

Centro de Estudo de Direito e Negócios. Pós-graduação em Direito da Mineração. Aula Magna. Mar/2022.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção do Espírito Santo. Comissão de Direito Minerário. Comissões Temáticas. Tema: Aplicação do Direito Minerário: estudo da Teoria Geral a partir do artigo 176 da Constituição da República. SET/2021.



IX SIMEXMIN IX SIMEXMIN – Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral. Tema: Avaliação do arcabouço legal para o setor mineral. Agosto/2021.

Live. A importância da ESG na Mineração. Julho/2021. Organizado pela CBPM e revista In The Mine.

Curso Direito da Mineração. IBDM. Outubro/2020.

I Ciclo Internacional de Conferencias de Derecho de Minería y Medioambiente, realizado pela Facultad de Derecho de la Universidad San Ignacio de Loyola, em Lima/Peru. tema foi

Webinar. Investimentos em mineração durante e pós-pandemia: cenários e oportunidades. Agosto/2020.

Webinar. Direito da Mineração aspectos: minerários, ambientais e tributários. Julho/2020.

Webinar. Mineração, segurança jurídica e desenvolvimento: Bahia. Julho/2020.

Webinar. Direito da Mineração e o setor de rochas ornamentais. Junho/2020.

Webinar. Como garantir segurança técnica jurídica e tributária para mineração no estado de São Paulo. Junho/2020.

II Fórum Brasil – Canadá de Mineração: Adotando princípios de Towards Sustainable Mining (TSM) no Brasil. Mediador. Set/2019.

Seminário Direito da Mineração. Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento – Aspacer. Ago/2019.

Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Departamento do Direito da Mineração. Seminário: Política Mineral, Interesse Nacional e Segurança Jurídica. Set./2019.

Seminário “Responsabilidade Civil em suas múltiplas facetas. Escola da Advocacia-Geral da União. Tema: Responsabilidade Civil na Mineração”. Maio/2019.

Circuito CEDIN. Aula Magna. Mineração, regulação e governança: tendências e desafios. FEV/2019.

Seminário de Reaproveitamento de Rejeitos de Mineração de Economia Circular. DEZ/2018.

I Seminário de Direito da Mineração – UFMG. NOV/2018.

Seminário Sobre Gestão Tributária no Setor Florestal. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Nov./2018. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. IBDM. Curso. OUT/2018.

Workshop Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG " Novo regulamento do Código de Mineração". Setembro/2018.

Aula Magna na Pós-Graduação Direito da Mineração. CEDIN. Centro de estudo em Direito e negócios. Belo Horizonte. MAR/2018

Congresso Brasileiro de Engenharia e Mineração. Tema: Direito Minerário. OUT/2017.

Mesa de debates. Agosto/2017. Reforma da Legislação Mineral – Aspectos Fiscais e Regulatórios.

Workshop de Direito Minerário. UNIBH. Maio/2017. Tema: Direito Minerário brasileiro e o novo Marco Regulatório.

CEDIN. Centro de estudo em direito e negócios – Aula Magna. Fundamento da Atividade Mineral. Março / 2017.

CEDIN. Centro de estudo em direito e negócios – Curso de extensão. Maio/2016. Aula Magna. Elementos estruturais do regime jurídico da mineração e o Marco Regulatório. Belo Horizonte/MG.

CEDIN. Centro de estudo em direito e negócios – Aula Magna. O direito-dever de minerar. Março/2016. O quadro regulamentar. Belo Horizonte / MG.

XII Encontro Nacional de Engenheiros de Minas – ENGMINAS. Palestrante. Tema: Política Mineral Brasileira. Goiás/GO. NOV/2016.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Tema: Curso de Legislação Mineral Direito Minerário. Rio de



Janeiro, OUT./2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Aula Magna. Tema: Gestão de Crises e Negociações Ambientais. AGO/2016.

Senado Federal. Audiência Pública. Debate sobre a modernização da legislação mineral. Brasília, DF, JUL/2016.

Seminário IBDM/OAB-CE: questões atuais sobre Direito Minerário, Direito Ambiental e Tributação Mineral. Tema: Questões atuais sobre Direito Minerário. ABRIL/2016.

2º Fórum Brasileiro de Mineração. Debatedor. Tema: O Código de Mineração. Belo Horizonte, NOV, 2015.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Tema: Curso de Legislação Mineral Direito Minerário. Rio de Janeiro, Out,2015.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Fórum Direito Ambiental e Minerário. Tema: Fundamentos de Direito Minerário e síntese do processo administrativo. Belo Horizonte, ABR, 2015.

CEDIN Educacional - Centro de Extensão em Direito Minerário. Aula Magna. Fundamentos de Direito Minerário. FEV/2015.

Centro Universitário de Goiás. UNI- Anhanguera. Aula Magna. Fundamentos de Direito Minerário. FEV/2015.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2014. XVI Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

Sindirochas. Set/2014. Seminário Ação Civil Pública e reflexos civis da usurpação de bens minerais. Vitória/ES.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM. Jul/2014. Direito Minerário: Tendências Atuais. Criciúma/SC.

Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Jun/2014. Seminário Ação Civil Pública e reflexos civis da usurpação de bens minerais. Belo Horizonte/MG.

Escola Paulista da Magistratura e Fundação José Pedro de Oliveira. Mai/2014. II Seminário Direito Ambiental e Licenciamento. Campinas/SP.

Conselho Regional de Engenharia. Nov/2013.  
Marco Regulatório da mineração: Principais aspectos. Bahia/BA.

Câmara dos Deputados. Set/13. Direito Minerário Brasileiro e Marco Regulatório da Mineração. Brasília/DF.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM. Ago/2013. Mesa-redonda sobre o novo Marco Regulatório da Mineração. São Paulo/SP.

AMCHAM. Encontro Setorial da Mineração. Ago/13. Palestra: Percepção dos riscos da mineração a partir da pesquisa do Fraser Institute. Belo Horizonte/MG.

IBC Brasil. Conferência sobre Direito Minerário: regulação e tributação do setor. Ago/13. Palestra: Estratégias preventivas diante das ameaças do Novo Marco Regulatório Da Mineração. Belo Horizonte/MG.

Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Jun/2013. Mesa-redonda sobre o novo Marco Regulatório da Mineração. Palestra de abertura. Tema: Análise da estrutura do novo Marco Regulatório e as regras de transição. Belo Horizonte/MG.

Centro Universitário UNA. IV Semana de Meio Ambiente. Jun/2013. Tema: Direito Minerário e Código Florestal. Belo Horizonte/MG.

Singeo – Sindicato dos Geólogos de Minas Gerais. Workshop Novo Marco Regulatório da Mineração. Jun/2013. Tema: Fundamentos do Direito Minerário. Belo Horizonte/MG.

CENTROROCHAS - Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais. Novo Marco Regulatório da



Mineração. Jun/2013. Vitória/ES.

III Seminário de Arbitragem do GEArb: Arbitragem, Mineração e Siderurgia. Abr/2013. Tema: Elementos estruturais do regime jurídico da mineração. Belo Horizonte/MG.

Programa ecologia e cidadania. Exibido pela TV Ponto Terra. Marco Regulatório da Mineração e o Direito Ambiental. Abril/2013.

III Seminário de Arbitragem do GEArb: Arbitragem, Mineração e Siderurgia. Abr/2013. Debatedor. Tema: A utilização da arbitragem em conflitos nos setores da mineração e siderurgia. Belo Horizonte/MG.

CEDIN – Curso de extensão. Mar/2013. Aula Magna. Elementos estruturais do regime jurídico da mineração à luz do Direito Comparado. Belo Horizonte/MG.

Saber Direito: Curso de Direito Minerário Brasileiro. TV Justiça. Nov/2012.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2011. Tema: XIV Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Nov/2011. Tema: XIII Curso de Legislação Mineral. Belo Horizonte/MG.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Out/2011. Tema: XII Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

Automóvel Clube de Minas Gerais. Seminário: Política Mineral a Partir da Análise do Direito Minerário Comparado. Set/2011.

International Mining and Oil & Gas Law, Development, and Investment. Rocky Mountain Mineral Law Foundation. Decisão entre atividades conflitantes: agricultura ou mineração. Rio, ABR, 2011.

Samarco Mineração. Curso de Legislação Mineral. Março/2011.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. XI Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP. Nov/2010.

Seminário: Estrutura de Negócios em Mineração. Automóvel Clube de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. Set/2010.

Seminário: Rumo ao Novo Marco Regulatório do Setor Mineral. Câmara dos Deputados. Brasília/DF. Dez/2010.

6º Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto & 6º Congresso Brasileiro de Minas Subterrâneas e Workshop Fechamento de Mina. Ago/2010. Tema: Aspectos Legais no Fechamento de Mina. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2010 – III Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável. Jun/2010. Painel: Fazendo a Diferença: atuação de empresas competitivas e sustentáveis. Tema: sustentabilidade empresarial: influência da legislação ambiental: incorporação de estratégias sustentáveis competitivas e resposta positiva. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2010 – III Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável. Jun/2010. Painel: Projetos de Mineração – Lei, Controle Ambiental e Cidadania. Tema: atualidades da legislação mineral. Belo Horizonte/MG.

I Congresso Internacional de Direito Minerário. Jun/2010. Tema: Fechamento de Mina e supervisionamento de minas órfãs. Salvador/BA.

II Semana de Meio Ambiente e I Simpósio da Diversidade e do Conhecimento do Centro Universitário UNA/Instituto UNA de Tecnologia. Mai/2010. Tema: Gestão de Conflitos Ambientais. Belo Horizonte/MG.

Congresso Brasileiro para a Retomada do Desenvolvimento dos Setores de Mineração e Metais. Mar/2010. Tema: A visão do marco regulatório da Mineração a partir do Direito Minerário Comparado. São Paulo/SP.

Faculdade de Direito de Vitória/ES. Dez/2009. Direito Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Vitória/ES.

Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Seminário sobre o novo Marco Regulatório da Mineração.



Out/2009. Tema: Fundamentos de Direito Minerário e o novo Marco Regulatório. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM. Seminário de Meio Ambiente. Gestão Ambiental: riscos e oportunidades. Out/2009. Tema: Conselhos e Conselheiros Ambientais. Belo Horizonte/MG.

Exposibram. Set/2009. Tema: Conselhos e conselheiros ambientais: natureza jurídica, direitos e obrigações. Belo Horizonte/MG.

II Congresso Internacional e Direito Ambiental da OAB e SEMAD. Set/2009. Tema: Painel VII: Responsabilidade social da mineração. Belo Horizonte/MG.

SUSTENTAR 2009 – Fórum Internacional pela Responsabilidade Socioambiental e Turismo Sustentável. Set/2009. Tema: Infraestrutura, Gestão de Resíduos Sólidos, Biomas, Ministério Público e Judiciário. Belo Horizonte/MG.

AMCHAM Uberlândia. Ago/2009. Tema: Novos Instrumentos de Gestão Jurídica Ambiental. Uberlândia/MG.

Fundação Gorceix, no curso do MBA Direito Ambiental, Impacto e Recuperação. Ago/2009 Tema: Direito Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG.

Fadipa – Faculdade de Direito de Patos de Minas. II Fórum Jurídico. Jun/2009. Tema: Regime Jurídico da Mineração do Brasil. Patos de Minas/MG.

IQPC – International Quality & Productivity Center. Mai/2009. 1º Legal Mining Forum – Fórum Brasileiro sobre Regulação do Setor de Mineração. Tema: Princípios e fundamentos do Direito Minerário e os marcos regulatórios. São Paulo/SP.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Abr/2009. Tema: X Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

IAMG – Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Out/2008. Tema: Servidão Mineral. Belo Horizonte/MG.

I Regional Engminas na Bahia. CREA Bahia. Ago/2008. Tema: Legislação Mineral – A Visão do Setor Privado. Salvador/BA.

Instituto Brasileiro de Direito Minerário. 26 e 27/Jun/2008. Tema: IX Curso de Legislação Mineral. São Paulo/SP.

IX Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2008.

II COMBIO – Congresso Mineiro de Biodiversidade. Tema: Gestão de Conflitos Ambientais. Belo Horizonte/MG. Abr/2008.

Faculdade Estácio de Sá. Semana Jurídica. Temas Polêmicos do Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG. Nov/2007.

IV Ciclo de Estudos em Direito Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Tema: Realidade do Direito Minerário Brasileiro. Belo Horizonte/MG. Out/2007.

IBC/Brasil. Congresso Ambiental. Tema: Quais os limites para Intervenção em Áreas de Preservação Permanente em centros urbanos. São Paulo/SP. Set/2007.

VIII Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Vitória/ES. Out/2007.

PACE. AMCHAM/Brasil. Tema: Gestão de Crises e Negociações Ambientais. Belo Horizonte/MG. Set/2007.

VII Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2007.

UFOP – Fundação Gorceix. Theme: Impactos Ambientais na Mineração. Ouro Preto/MG. Fev/2007.

II Simpósio Nacional sobre Tungstênio – SEDEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico/RN. Tema: Mineração e Meio Ambiente. Currais Novos/RN. Nov/2006.

V Encontro de Estudos Jurídicos/ESA – OAB/MG. Tema: Extração Mineral. Três Corações/MG. Out/2006.

Congresso de Direito Ambiental. UNA/BH. Tema: Gestão de Crises Ambientais. Belo Horizonte/MG.



Set/2006.

Feira Internacional do Mármore e Granito. Tema: Administrando as Dificuldades Ambientais na Mineração. Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ago/2006.

Workshop Gestão Ambiental/SENAC MG. Tema: Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte/MG. Ago/2006.

IOB. Seminário Atualidades em Meio Ambiente. Tema: Processo Administrativo Mineral e Sustentabilidade Socioambiental. São Paulo/SP. Jul/2006.

II Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral – SIMEXMIN 2006. Tema: Prevenção de crises ambientais na fase de pesquisa: atividade mineral em áreas de proteção permanente. Ouro Preto/MG. Mai/2006.

VI Curso de Direito Minerário. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Abr/2006.

I Congresso Brasileiro de Advocacia Ambiental. Ética, Empreendedorismo e Sustentabilidade da OAB/MA. Tema: Efetividade da Aplicação da Legislação Ambiental à Atividade Mineral: Desafios da Gestão Pública e Privada. São Luís/MA. Abr/2006.

XIII Encontro de Mineradores e Consumidores. Tema: Gestão de Crises Ambientais. Natal/RN. Out/2005.

I Congresso Internacional de Direito Ambiental da OAB/MG. Tema: Desativação de Minas. Belo Horizonte/MG. Jun/2005.

Câmara Americana de Comércio de Minas Gerais –Tema: Qualidade nas Negociações Ambientais. Belo Horizonte/MG. Abr/2005.

V Curso de Direito Minerário e Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. Belo Horizonte/MG. Nov/2004.

IV Curso de Direito Minerário e Ambiental. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Jun/2004.

III Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Nov/2003.

II Curso de Legislação Mineral. Instituto Brasileiro de Direito Minerário. São Paulo/SP. Out/2003.

I Seminário de Sustentabilidade Ambiental da Mineração da Bahia. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM/BA. Tema: Impactos diretos e indiretos da Legislação Ambiental na Atividade Mineral. Salvador/BA. Nov/2003.

Câmara Americana de Comércio de Minas Gerais – Tema: Visão Jurídica da Gestão de Resíduos Industriais Perigosos. Belo Horizonte/MG. Jun/2003.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/BA. Tema: Legislação Mineral e Ambiental Brasileira. Salvador/BA. Mai/2003.

I Congresso Nacional de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados de Minas Gerais (OAB/MG). Tema: Controle Ambiental em Mineração. Belo Horizonte/MG. Set/2002.

I Congresso de Direito Ambiental. Tema: Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Abr/2002.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/BA. Tema: Exigências Ambientais para a Área de Mineração. Salvador/BA. Dez/2001.

IX Congresso de Mineração. Tema: Legislação Ambiental do Brasil: Princípios e Fundamentos. Crimes e Infrações Administrativas. Belo Horizonte/MG. Abr/2001.

I Curso de Direito Minerário Brasileiro. Instituto Brasileiro de Direito Minerário - IBDM. São Paulo/MG. Dez/2000.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/GO. Tema: Direito Ambiental Brasileiro. Jun/2000.



II Curso Técnico de Recuperação de Áreas Degradadas. Universidade Federal de Viçosa. Tema: Direito Ambiental. Viçosa/MG. Out/1998.

VII Simpósio Mineiro – Metalúrgico da UFMG. Belo Horizonte/MG. Out/1996.

I Seminário sobre Exploração de Quartzo Sericítico e Meio Ambiente. Tema: Política Mineral e o Código de Mineração. São Thomé das Letras/MG. Ago/1995.

I Semana de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito Milton Campos. Tema: “A Constituição Federal e o Direito Minerário”. Nova Lima/MG. Out/1991.

**PRINCIPAIS ARTIGOS PUBLICADOS****MAIN PUBLISHED PAPERS**

*Legal Advocacy* e Mineração. Revista In the mine. Jan/2026.

Direito da Mineração: filtro do intérprete no processo interpretativo. *In: Direito da Mineração: temas.* Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2025.

Decisões dos Tribunais Federais sobre Direito Minerário em 2024 (com Dra. Ana Maria Damasceno). Revista In the mine. DEZ/2024.

Decisões dos Tribunais estaduais sobre Direito Minerário em 2024 (com Dra. Ana Maria Damasceno). Revista In the mine. NOV/2024.

Fontes do Direito Minerário. Revista In The Mine. JUN/2024.

O Requerimento de Direito Minerário e seus efeitos. Revista In the Mine. ABRIL/2024.

Meios de integração e métodos de interpretação aplicados ao Direito Minerário: necessidade de sistematização. *In: Direito da Mineração.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023.

Competência normativa da Agência Nacional de Mineração: visão prática. *In: Direito da Mineração.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais.2023.

Competência normativa da Agência Nacional de Mineração: visão prática. *In: Direito da Mineração.* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais.2023.

Mineração e (Des)ordenamento territorial Municipal. Revista In The Mine. DEZ/2023.

Direito da Mineração e Teoria do Ato Jurídico. Revista In The Mine. OUT/2023.

Extinção dos Direitos Minerários. Revista In The Mine. AGOSTO/2023.

Mineração: Muito além do Direito Minerário. Revista In The Mine. JUN/2023.

Muito além do direito da mineração doméstico. Revista In The Mine. ABRIL/2023.

Competências das agências reguladoras: um estudo de caso. Revista In The Mine. FEV/2023.

Meios de integração e métodos de interpretação aplicados ao Direito Minerário: necessidade de sistematização. *In: Direito da Mineração.* Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados de Minas Gerais.2022.

Reflexões sobre o grupamento mineiro. Revista In The Mine. DEC/2022.

Mineração e Constituição. Revista In The Mine. OUT/2022.

Lacunas Axiológicas no ART.176 da constituição da república. Revista In The Mine. AGOSTO/2022.

Ingresso em imóvel de terceiro para pesquisas adicionais. Revista In The Mine. JUN/2022.

História do direito da mineração brasileiro. Revista In The Mine. ABRIL/2022.

Critérios para identificação dos princípios jurídicos do Direito Minerário. Revista In The Mine. FEV/2022.

Grupo de trabalho da câmara dos deputados para revisão do Código de Mineração. Um registro para o futuro. Revista In The Mine. DEZ/2021.

Elementos Parciais da Segurança Jurídica: A visão particular da mineração. Revista In The Mine. OUT/2021.

International Comparative Legal Guide - Mining Law 2022. Capítulo Brasil. Disponível em: Mining Law 2022 | Laws and Regulations | Brazil | ICLG

Novo Código de Mineração? Revista In The Mine. AGOSTO/2021.

Regras globais, problemas locais. Revista In The Mine. JUN/2021.

Autorizações especiais de pesquisa à luz das regras de hermenêuticas jurídica. Revista In The Mine.

ABRIL/2021.

Taxas Estaduais para fiscalização da atividade mineral. Revista In The Mine. FEV/2021.

Salto triplo carpado hermenêutico. Revista In The Mine. DEZ/2020.

Dimensões políticas e jurídicas da utilidade pública da mineração. Revista In The Mine. OUT/2020

Riscos jurídicos da Mineração. Revista Areia e Brita. JUN/2020.

Exceção de Pré-Nulidade no processo administrativo. Revista In The Mine. AGOSTO 2020.

Série de Direito Minerário Comparado resumido. Brasil e Austrália em dez tópicos. Ano I, número 01 — Março de 2020. <https://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/comparative-mining-law-series-brazil-and-australia-in-ten-topics/>

(In)segurança jurídica: exemplos da Colômbia e da Indonésia. Revista In The Mine. JUN/2020.

Importância do método na aplicação do Direito Minerário. Revista In The Mine. Ano XV, Nº 84. ABRIL/2020.

Importâncias das investigações defensivas. Revista In The Mine. Ano XV, Nº83. FEV/2020.

Uma introdução sobre o Direito Minerário no Brasil. Chambers & Partners. Jan/2020. Disponível em: <https://chambers.com/content/item/3552>

Regime jurídico dos recursos minerais no Direito brasileiro: regime constitucional brasileiro e aproveitamento das riquezas minerais. Revista Jurídica da Presidência da República. Brasil. <file:///C:/Users/wfreire/Downloads/286-587-1-SM.pdf>

CAD 20 anos. Tendências contemporâneas do Direito. Belo Horizonte: D' Plácido. 2017

Capítulo: A security of tenure do Direito Minerário e a nulidade do termo de compromisso que os mineradores foram obrigados a firmar com o Ministério das Minas e Energia para obter a concessão de lavra.

Sobreposição de servidões minerais e direitos minerários. Revista InTheMine. Ano XIV, Nº 82 Nov/Dez/2019.

Mineração em Faixa de Fronteira. Revista InTheMine. Ano XIV, Nº 81, Set/Out/2019.

Direito Minerário Comparado: fonte inesgotável de aprendizado. Revista InTheMine. Ano XIV, Nº 80, Jul/Ago/2019.

Brazilian Mining Law. International Comparative Legal Guides. Chapter Brazil. 2020.

Pequenas mudanças, grandes efeitos. Revista InTheMine. Ano XIV, Nº 79, Jun/Maio/2019.

A mineração e suas relações com o superficiário. Revista IntheMine Nº 78. Abril/2019.

Mirando o futuro com olhos no presente. Revista IntheMine. Nº 77. Janeiro/2019. <http://www.inthemine.com.br/site/edicao-no-77/>

Mineração, política mineral, interesse nacional e segurança jurídica, IntheMine Nº 76. Dez de 2018. IntheMine. <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/mineracao-politica-mineral-interesse-nacional-e-seguranca-juridica/>

Os problemas do novo regulamento do Código de Mineração, Nº 75. Novembro de 2018.

Direito Minerário Comparado. Revista InTheMine. 2019. Disponível em <https://www.inthemine.com.br/site/direito-minerario-comparado/>

Elementos parciais que formam o conceito de segurança jurídica, Nº 74. Agosto de 2018.

Os novos conceitos para elaboração da Análise de Impacto Regulatório, Nº 73. Junho de 2018.

Suporte à Agência Nacional de Mineração, Nº 72. Maio 2018. Disponível: <http://williamfreire.com.br/wp-admin/post.php?post=6279&action=edit&lang=pt-br>

Novela chamada Medidas Provisórias 789, 790 e 791. IntheMine, nº 71. Possíveis formas de extinção do

manifesto de mina. Caducidade ou desapropriação? Artigo em que William Freire foi citado. Acesso: 11.01.2018. Disponível: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/202/ril\\_v51\\_n202\\_p31.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/202/ril_v51_n202_p31.pdf)

Sistemas de proteção aos refugiados ambientais nordestinos brasileiros. Artigo em que William Freire foi citado. Disponível: [http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2017/6/2017\\_06\\_1015\\_1039.pdf](http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2017/6/2017_06_1015_1039.pdf)

Teoria dos Princípios sob a óptica do Direito da Mineração. Inthemine. Nº 70 Dez 2017. Disponível: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/teoria-dos-principios-sob-optica-do-direito-da-mineracao/>

Segurança jurídica e apoio às reformas do Código de Mineração e à reestruturação do DNPM. Inthemine. Nº 69 OUT 2017. Disponível: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/seguranca-juridica-e-apoio-as-reformas-do-codigo-de-mineracao-e-reestruturacao-do-dnpm/>

Mineração no interesse nacional, nº 68. Setembro/2017. Disponível: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/mineracao-no-interesse-nacional/>

O Direito Minerário e o Direito da Mineração. Inthemine, nº 67. Junho/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/areas/direito-minerario/o-direito-minerario-e-o-direito-da-mineracao/>

O Brasil tem o que aprender com a Argentina? Maio/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/o-brasil-tem-o-que-aprender-com-argentina/?lang=pt-br>

Considerações sobre o conceito de lavra ambiciosa. Inthemine, nº 66. Abril/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/consideracoes-sobre-o-conceito-de-lavra-ambiciosa/?lang=pt-br>

Absurdo no Regulamento do Código de Mineração. Abril/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/absurdo-na-regulamentacao-do-codigo-de-mineracao-2/?lang=pt-br>

Projeto de Lei 5.143/2016 deve ser melhorado. Abril/2017. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/advogados/william-freire/projeto-de-lei-5-1432016-deve-ser-melhorado/?lang=pt-br>

Em defesa das concessões de lavra por Prazo Indeterminado. Inthemine. Nº 65 Março /2017.

Alcance da expressão produto de lavra contida no art. 176 CF. Inthemine. Nº64. Janeiro/2017.

Brazil -The Mining Law Review. 5ª Edição. Dez/2016.

Segurança na Mineração além da Jurídica. Inthemine. Nº 63. Outubro/2016.

Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. Inthe Mine. Nº62 Set/2016.

Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. Inthe Mine. Nº61 Jul/2016. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/hermeneutica-aplicada-ao-direito-minerario>

Mineração Direito e Deveres da União. In The Mine. Nº60 Jan/2016. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-direitos-e-deveres-da-uniao>

Brazil -The Mining Law Review. Nov 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mining-law-review-brazil-2015/>

Direitos por prazo determinado? In The Mine. Nº59 Jan/2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direitos-por-prazo-determinado/>

Proposta de Normatização (I) Regime Jurídico dos Rejeitos e Estéreis no Direito Brasileiro. In The Mine. Nº 58. Set/Out 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/proposta-de-normatizacao-regime-juridico-dos-rejeitos-e-estereis-no-direito-brasileiro/>

Proteção do Direito Minerário. In The Mine .Nº 57 Jul/Ago 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/protecao-direito-minerario/>

Patrimônio Mineral – Gestão estratégica: de opção a necessidade impreterível. In The Mine. Nº56 Mai/Jun

2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/patrimonio-mineral-gestao-estrategica-de-opcao-necessidade-impreterivel/>
- Cessão Temporária: A complexa gestão dos arrendamentos do direito minerário. In The Mine. N° 55 Março/Abril 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/cessao-temporaria-complexa-gestao-dos-arrendamentos-de-direitos-minerarios/>
- Mineração não pode arcar com a falta de agilidade do Estado. In The Mine. N°54 Jan/Fev 2015. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-nao-pode-arcar-com-falta-de-agilidade-estado/>
- Entrevista: Um Advogado da causa Mineral. In The Mine. N°54. Jan./Fevereiro 2015. Disponível em: <http://inthemine.com.br/site/index.php/edicao-54/>
- Direito Minerário Brasileiro: fundamentos. / 巴西矿业法：基础 Nov/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/artigo.php?id=134>
- Ação Civil Pública. Um panorama das ações julgadas pelo STF entre 1990 a maio de 2014. Jun/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acao.php?id=168>
- Direito Ambiental do Inimigo. IntheMine. N° 50. Abr/Mai 2014.
- Ação Civil Pública. O Princípio da Precaução não pode ir a extremos, ignorando outros Princípios igualmente importantes como o da Legalidade, Razoabilidade e Proporcionalidade. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- É nula a decisão em Ação Civil Pública que não examina quesitos formulados pela parte. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- ONG que não tem a proteção ambiental no seu objeto estatutário não tem legitimidade para propor Ação Civil Pública ambiental. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. Não cabe ao Judiciário invadir decisão de competência do Poder Legislativo. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. Não cabe bloqueio de bens do prefeito por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. Não cabe suspensão de obra, mesmo parcial, se a supressão de vegetação está respaldada em autorização do órgão ambiental. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. Não cabe antecipação de tutela se não há perigo de dano irreparável para o autor e há risco de prejuízo para o réu. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. Mera irregularidade no preenchimento da Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF não sustenta o pedido de indenização. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. O Ministério Público deve confirmar a legitimidade passiva para a ação, não sendo suficiente a referência do réu em Auto de Infração do IBAMA. Maio/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. É inadequado o pedido para suspender continuidade do licenciamento ambiental, uma vez que esse ato administrativo, por si só, não tem poder de causar dano ambiental, além de ser indevida a intromissão do Ministério Público em atribuições dos órgãos ambientais. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>
- Ação Civil Pública. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta posterior, com objeto igual ou mais amplo que o objeto da ACP, constitui fato superveniente bastante para provocar a extinção da Ação Civil Pública, ainda que o TAC não seja decorrente da APC discutida. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. A Ação Civil Pública não pode cumular pedido de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer e indenização em pecúnia. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. É irregular a liminar que extrapola o pedido inicial ou gera incerteza quanto ao seu alcance. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

A Ação Civil Pública não é meio processual idôneo para discutir constitucionalidade de lei municipal que cria Distrito Minerário. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não há que se falar em fechamento da empresa se os estudos ambientais ou a perícia mostram a possibilidade de compatibilização da atividade com a preservação ambiental. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ação Civil Pública que sustenta o descabimento da supressão de oito árvores exóticas, que impedem a duplicação do sistema viário, sem considerar todas as possibilidades de transplante e compensações, deve ser julgada improcedente. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não compete ao Ministério Público definir a destinação futura da área ocupada pela mineração. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Não cabe obrigar a implantação e averbação de área de Reserva Legal em imóvel utilizado para mineração em Zona de Expansão Urbana. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. A decisão que reconhece a regularidade das atividades tem como consequência lógica negar o bloqueio de bens. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Simples ausência do Plano de Recuperação de Área Degradada não é elemento suficiente para paralisar e, com isso, inviabilizar empresa que possui seu Título de Lavra e Licença Ambiental. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. O não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta em razão de força maior elide a incidência da multa prevista no TAC. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. O valor da indenização por dano ambiental deve ter valor em quantia suficiente para desestimular novas ocorrências, mas não pode ser alto a ponto de inviabilizar a atividade da empresa. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ocorrência de perigo de lesão irreparável para o empreendedor é razão suficiente para afastar a liminar de paralisação da empresa. Abril/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Movimentação de terra e desmonte de materiais para abertura de vias e terraplenagem sem comercialização do material. Atividade mineral não configurada. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ruído e emissão de material particulado. A produção de prova deficiente do Ministério Público importa na rejeição do pedido. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Ação ajuizada contra empresa com licenciamento ambiental, que já havia apresentado o plano para recuperação ambiental e iniciado a restauração da vegetação ciliar. Improcedência. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Não cabe Ação Civil Pública para impedir o órgão ambiental de conduzir o processo de licenciamento e decidir quanto a seu cabimento. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/acoes.php>

Ação Civil Pública. Atividade Irregular. Descabimento de retenção e lacre de equipamentos de prestador de

serviço. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/aco.es.php>

Ação Civil Pública. Instrução deficiente pelo Ministério Público. O pedido de liminar deve vir acompanhado não só da demonstração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, mas também de todos os requisitos do art. 273 do CPC, inclusive a demonstração da ausência de perigo da irreversibilidade, considerando o caso concreto, sob pena de indeferimento. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/aco.es.php>

Execução de Título Judicial em razão de julgado em Ação Civil Pública. Multa diária por inexecução de obrigação de fazer. Limite do total da cobrança. Mar/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/aco.es.php>

Ação Civil Pública e Mineração. *IntheMine*. Nº 49. Fev/Mar 2014. Meio Ambiente e Ação Civil Pública. Fev/2014. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/site/aco.es.php>

Inquérito Civil ou Ação Civil Pública. *IntheMine*. Nº 48. Dez/Jan 2013. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/inquerito-civil-ou-acao-civil-publica/>

Segurança para o investimento. *IntheMine*. Nº 47. Out/Nov 2013. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/seguranca-para-o-investimento/>

Direito Minerário Comparado. *Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça*. 08/Nov/2013.

Direito Minerário: fundamentos e hermenêutica. Em *Aspectos Controvertidos do Direito Minerário e Ambiental*. Jurídica Editora. 2013.

Brazilian Legal Mining Framework under Decree-Law 227/67. Disponível em: [http://www.institutowilliamfreire.org.br/?id\\_pagina=976](http://www.institutowilliamfreire.org.br/?id_pagina=976)

Arbitragem em Mineração. *Inthemine*. Nº 46. Ago/Set 2013.

Marco Regulatório: a oportunidade perdida. *IntheMine*. Nº 45. Jun/Jul 2013.

Ainda sobre o Marco Regulatório. *IntheMine*. Nº 44. Abr/Mai 2013.

Marco Regulatório da Mineração: mitos e verdades. *IntheMine*. Nº 43. Fev/Mar 2013.

Direito Minerário Comparado: África. Aspectos legais da atividade em quatro países: Namíbia, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia. *IntheMine*. Nº 42. Dez/Jan 2012.

Direito Minerário Comparado: África. Aspectos legais em uma das novas fronteiras de expansão da atividade. *IntheMine*. Nº 41. Out/Nov 2012. Disponível em : <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-africa/>

Direito Minerário Comparado: Ásia. *IntheMine*. Nº 40. Ago/Set 2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-asia/>

A mineração e o novo código florestal. *IntheMine*. Nº 39. Jun/Jul/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/mineracao-e-o-novo-codigo-florestal/>

Direito Minerário Comparado: Austrália. *IntheMine*. Nº 38. Abr/Mai/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-australia/>

Direito Minerário Comparado: Canadá. *IntheMine*. Nº 37. Fev/Mar/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-canada/>

Direito Minerário: reflexões. *Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça*. 13/Fev/2012.

Direito Minerário Comparado: China. *IntheMine*. Nº 36. Dez/Jan/2012. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-china/>

Direito Minerário Comparado: Peru. Nº 35. Out/Nov/2011. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-peru/>

Direito Minerário Comparado: Princípio de Prioridade. Nº 34. Ago/Set/2011. Disponível em:

<http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-principio-de-prioridade/>

Direito Minerário Comparado: África do Sul. IntheMine. Nº 33. Jun/Jul/2011.

Direito Minerário Comparado: Chile. IntheMine. Nº 32. Abr/Mai/2011. Disponível em: <http://williamfreire.com.br/publicacao/direito-minerario-comparado-chile/>

Política Mineral e Direito Minerário. O que o Brasil pode aprender com outros países. Jornal Estado de Minas. Caderno Direito e Justiça. 20/Jun/2011.

Mineração e os desafios para um novo marco regulatório. Revista Jurídica Consulex. Nº 336. Ano XV. Jan/2011.

Interesse Nacional – O regime jurídico do aproveitamento das riquezas minerais no contexto de Direito Comparado. IntheMine. Nº 31. Fev/Mar/2011.

Política Mineral e sua materialização na lei. IntheMine. Nº 30. Nov/Dez/2010.

O Contexto da Lei – Registro para futura interpretação histórica do Marco Regulatório da Mineração. IntheMine. Nº 29. Set/Out/2010.

Natureza Jurídica da Concessão de Lavra. IntheMine. Nº 28. Jul/Ago/2010.

Direito Ambiental: direito de terceira geração e reflexos de sua importância. IntheMine. Nº 27. Mai/Jun/2010.

Dimensões da Hermenêutica aplicada ao Direito Minerário. IntheMine. Nº 26. Mar/Abr/2010.

O Novo Marco Regulatório da Mineração e a Experiência Internacional. IntheMine. Nº 25. Jan/Fev/2010.

O Marco Regulatório da Mineração, o Direito de Prioridade estudado a partir do direito comparado e a oportunidade de acabar com as filas na porta do DNPM e reduzir sensivelmente as especulações. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=66>. Mar/2010.

Direito Minerário: Fundamentos. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=64>. Fev/2010.

A importância do marco regulatório. IntheMine. Nº 24. Dez/Nov/2009.

O princípio da continuidade da pesquisa e lavra em função do interesse nacional da mineração: uma breve análise de dispositivos do Código de Mineração sob a égide do §1º, art.176 da Constituição da República. Advocatus Pernambuco. Out/2009.

Mineração no Brasil. Diferenças Regionais e o custo-Brasil e o custo-Estado. IntheMine. Nº 23 Set/Out/2009.

Confiança e Transparência. IntheMine. Nº 22. Jul/Ago/2009.

Características da Mineração e seus reflexos no Direito Minerário. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=54>. Jul/2009.

Características da Mineração e seus Reflexos no Direito Minerário. Estado de Minas. Jul/2009.

Competência ambiental. IntheMine. Nº 21. Mai/Jun/2009.

Hermenêutica Aplicada ao Direito Minerário. IntheMine. Nº 20. Mar/Abr/2009.

A Mina como Garantia. IntheMine. Nº 19. Jan/Fev/2009.

Princípios do Direito Ambiental. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=42>. Fev/2009.

Fundamentos do Direito Ambiental aplicados às siderúrgicas. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=44> Fev/2009.

Bases do regime jurídico das usinas sucro alcooleiras. Disponível em: <http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=43> Jan/2009.

Muita Calma Nessa Hora. IntheMine. Nº 18. Nov/Dez/2008.

Terras Indígenas e o Artigo 176 da Constituição. IntheMine. Nº 17. Set/Out/2008.

As Servidões da Mineração. IntheMine. Nº 16. Jul/Ago/2008.

Doutrina Moderna Sobre o Direito de Propriedade Minerário. IntheMine. Nº 14. Mar/Abr/2008.

Abuso de Poder e Abuso de Autoridade. Disponível em: <[www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=470](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=470)>. Jan/2008.

A Mineração a quem de Direito. IntheMine. Nº 13. Jan/Fev/2008.

Direito Minerário. IntheMine. Nº 12. Nov/Dez/2007.

Regime Jurídico dos Recursos Minerais Brasileiros. VII Congresso Latino-americano e do Caribe de Direito Minerário. Buenos Aires, Argentina e na Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Vol. 13. Nov/2007.

Direito Minerário e Direito Ambiental: sua integração e seus conflitos. VII Congresso Latino-americano e do Caribe de Direito Minerário. Buenos Aires. Argentina. Nov/2007.

A Ação Civil Pública é via processual inidônea para forçar empresas a se regularizarem perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais. Jornal O Tempo/Caderno Cidades. Out/2007.

Direito Minerário e Ambiental. IntheMine. Nº 11. Set/Out/2007.

Natureza subjetiva das sanções administrativas ambientais. Disponível em: <[www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=467](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=467)> Set/2007.

Entrada de agente ambiental em estabelecimento industrial sem se anunciar, pelos fundos, configura violação de domicílio. Jornal O Tempo/Caderno Cidades. Jun/2007.

Regime jurídico dos recursos minerais no direito brasileiro: regime constitucional brasileiro e aproveitamento das riquezas minerais. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/revistajuridica/index.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/revistajuridica/index.htm).

Regime Constitucional dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. Disponível em: [www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp\\_codartigo=111](http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=111).

Código de Mineração completa 40 anos: vivas ou réquiem? Jornal O Tempo, Caderno Cidades. Fev/2007.

Gestão de Crises Ambientais. Jornal O Tempo, Caderno Cidades. Out/2006.

Despolitização do licenciamento ambiental. Jornal O Tempo, Caderno Cidades. Jun/2006.

Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas in canal Doutrina do Portal Jurídico da Editora Saraiva. Disponível em: [www.saraivajur.com.br](http://www.saraivajur.com.br).

Poder de polícia do DNPM in Direito Minerário Aplicado. Mandamentos. 2003. Legitimidade Ativa no Procedimento para

Avaliação da Indenização Judicial por Servidão Mineral. in Revista de Direito Minerário 15/28. vol 2. 2000.

A Melhor Lição é o Exemplo. Areia e Brita. Nº 11. Jul/Ago/Set. 2000.

Consórcio de Mineração. In Revista de Direito Minerário 1/21. 1997.

Mineração: Reforma Constitucional não Basta. Tecnologia Hoje. IETEC. Ago/1995.

Mineração e Reforma Constitucional – Tecnologia Hoje. IETEC. Jan/1995.

Regime Constitucional da Mineração e do Meio Ambiente nos Países Sul – Americanos – Bahia, Análise de Dados. Vol. IV. Jun/1994.

Patrimônio ameaçado. Estado de Minas. Jun/1990.

Direito de jazidas minerais. Estado de Minas. Jan/1991.

Mineração Reclama novo código. Jornal do Advogado. Jan/Mar/1991.

Mineração e Meio Ambiente. Estado de Minas. Out/1990.



Crime ambiental. Polícia ambiental. Descabimento de uso de algemas, exceto em caso de violência ou resistência à prisão do infrator. Disponível em: [www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=434](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=434)>.

Princípio da Legalidade. Competência. Ameaça. Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documentos não configura crime de desobediência. Disponível em: [http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=436](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=436).

Proteção do Patrimônio Espeleológico e Possibilidade de Supressão de Cavidades Naturais Subterrâneas. Disponível em: [www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=453](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=453).

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Decreto 5.746/06. Regulamentação federal. Regulamentação nos Estados de Minas Gerais e Goiás. Disponível em: [www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=443](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=443)>.

Regime Jurídico dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. Disponível em: [www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo\\_det.php?id=464](http://www.eticaambiental.org.br/institucional/artigo_det.php?id=464)>.

## **PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS LIGADOS À MINERAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE**

### **MEMBERSHIP IN AGENCIES RELATED TO MINING AND THE ENVIRONMENT**

Diretor do Departamento de Direito Mineração Instituto dos Advogados de Minas Gerais – IAMG.

Fundador, ex-Presidente e atual Presidente honorário do Instituto Brasileiro de Direito Minerário – IBDM.

Membro do Departamento de Direito Minerário e Ambiental da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados — FENIA

Membro do Comitê de Direito Minerário e Ambiental do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA, Seccional Minas Gerais.

Associado ao Instituto Brasileiro de Direito do Mar – IBDMar.

Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG.

Ex- Membro da Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.

Ex- Membro da Comissão Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.

Ex-Presidente do Comitê de meio ambiente da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM.



## RECONHECIMENTOS

### RECOGNITION

Best Lawyers – 2019 e 2025  
Chambers – 2014 a 2025  
Global Awards – 2017  
Latin Lawyer – 2025  
Leaders League – 2020 a 2025  
Lexology Index- 2024  
Revista Análise Advocacia - 2008 a 2025  
Legal 500 – 2015 a 2025  
Who's Who Legal – 2018 a 2023

## ACÓRDÃOS, DECISÕES JUDICIAIS, PARECERES ADMINISTRATIVOS EM QUE WILLIAM FREIRE É CITADO COMO REFERÊNCIA DOUTRINÁRIA.

*Appellate decisions, judicial decisions, Administrative Opinions in which William Freire is mentioned as a legal scholar reference*

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

BRASIL. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.0000.23.123756-1/001. Relator: Des. Fernando Lins. Data do julgamento: 21/08/2024. Data da publicação: 22/08/2024.

BRASIL. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.0000.23.170296-0/001. Relator: Des. Leonardo de Faria Beraldo. Data do julgamento: 30/04/2024. Data da publicação: 02/05/2024.

BRASIL. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.0319.16.003407-4/001 (1456641-59.2018.8.13.0000(1)). Relator: Des. Marcos Henrique Caldeira Brandt. Data do julgamento: 18/12/2019. Data da Publicação: 19/12/2019.

BRASIL. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 0175.15.001948/001. AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S/A; VERA SILVA COSTA E SILVA, JOSÉ MARIA DA SILVA E OUTRO(A)(S) Relator: DES. José Marcos Rodrigues Vieira. Data de julgamento: 07/11/2018. Data publicação: 14/11/2018.

BRASIL. TOCANTINS. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 0021201-94.2018.827.0000. Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares. Data do julgamento: 12/11/2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração nº 2072311-62.2017.8.26.0000/50000. MHAG Serviços de Mineração SA e Kozma Investimentos Ltda. Relator: Des. Alexandre Lazzarini. Julgamento: 20.07.2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo Interno em Agravo de Instrumento nº. 1.0140.17.000730-0/002. Nacional de Grafite Ltda. Agropecuária Madeira Ltda e Antônio Alberto da Silva. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Des. Mota e Silva. Belo Horizonte/MG. Fevereiro de 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão Agravo de Instrumento nº 2072311-62.2017.8.26.0000 "MHAG Serviços e Mineração S.A. e KOZMA. Investimentos Ltda." Tribunal de Justiça de São Paulo. Des. Alexandre Lazzarini. Belo Horizonte/MG. Maio. 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 1.0710.06.013183-0/001. Gilberto Batista Diniz. Votorantim Metais Zinco S/A. Relator: Des. Wagner Wilson Ferreira. 25 de janeiro de 2017. Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0319.13.002445-2/002. Antônio Duarte. Vale S/A. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 04 de julho de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0710.09.020564-6/001. Votorantim Metais Zinco S/A. Gilberto Mach Barreto e Outros. Relator: Des. Antônio Bispo. 24 de março de 2011. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jul. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0193.05.013308-4/001. Cobre Sul Mineração Ltda. Iramim Rufino. Relator: Des. Luciano Pinto. 21 de novembro de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0319.09.040162-5/001. Funchal LTDA. Dr. Geraldo Magela Reis Alves. Relator: Des. Anacleto Rodrigues. 03 de junho de 2014. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Out. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 1.0567.07.106566-6/001. Clube Albert Scharle. Mineração Minas Bahia. Des. Moacyr Lobato. Belo Horizonte, MG. Julho.2014

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento nº 1012013001682-3/001. Relator: Des. Octavio Augusto De Nigris Boccacinni. Data do julgamento: 10.06.14. Data da Publicação: Junho de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Nº 1.0362.01.010329-3/002. Arcelormittal Bioenergia LTDA. Minersa Mineração Rio Santo Antonio LTDA. Relator: Des. Anacleto Rodrigues. 18 de fevereiro de 2014. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo Interno Nº 1.0034.12.005251-8/004. Relator: Des. Eduardo Mariné da Cunha. 11 de fevereiro de 2014. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Out. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.002662-2/001. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Jacinto Luiz Ferreira e Maria De Andrade Ferreira. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 26 de setembro de 2013. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0672.12.031110-1/001. Maria de Lourdes Cardoso dos Santos Godoi e seu marido Homero Carvalho de Godoi. Minasilício GMA Mineradora LTDA. Relator: Des. Leite Praça. 22 de agosto 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração-Cv 1.0000.12.058080-8/001. Kinross Brasil Mineração S/A. Clóvis Torres lima, Maria Torres de Lima, Selma Regina Coelho Lima, Cleide Pinheiro Lima da Cunha, Antônio Marcos Lopes da Cunha, Cláudio Torres Lima. Relator: Des. Wander Marotta. 02 de agosto de 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Setembro, 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0175.11.002787-7/001. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Cláudia Maria Ferreira de Andrade, Elizabeth Andrade da Silva, Geraldo Ferreira de Andrade, José Edson Ferreira de Andrade, Luiz Eusébio da silva, Maria de Fátima Martins Andrade, Rubens Ferreira de Andrade e Outros. Relator: Des. Tibúrcio Marques. 11 de julho de 2013. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cv 1.0175.11.002063-3/001 Marcus Hermogeneses de Almeida e Silva. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 22 de novembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Reclamação 1.0000.12.058080-8/000. Clóvis Torres Lima e Outro. JD 1 V CV Comarca Paracatu. Relator: Des. Wander Marotta. 10 de outubro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível 1.0024.07.660365-3/001. Mineração Phoenix. Rio Rancho Agropecuária S/A. Relator: Des. Otávio Portes. 5 de setembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. set 2013.



- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.001922-1/001. Elis Regina de Oliveira Lima e seu marido José Jordano Lima. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 23 de abril de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0175.11.001932-0/001. Geroliza de Maura de Souza Thomaz. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração S/A. Relator: Des. Tibúrcio Marques. 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração-Cv 1.0090.11.002523-7.002. Felipe Faria Ferraz. MIB Mineração Ibitiré LTDA. Relatora: Des<sup>a</sup>. Selma Marques. 11 de janeiro 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Cível Nº 1.0175.11.002063-3/001. Marcus Hermógenes de Almeida e Silva. Anglo Ferrous Minas Rio Mineração SA. Relator: Des. Valdez Leite Machado. 30 de novembro de 2012. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Mai. 2012.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0702.08.432284-2/003. José Humberto Marçal Júnior. Banco BMG S/A. Relator: Des. Eduardo Mariné da Cunha. 17 de março de 2011. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2011.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0133.09.052564-2/002. Juarez Soares de Oliveira e outros. CODEMIG CIA Desenvolvimento Econômico Minas Gerais. Relator: Des<sup>a</sup>. Maria Elza. 29 de novembro de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0133.10.001013-0/002. Maria de Fátima Nunes de Oliveira. CODEMIG CIA Desenvolvimento Econômico Minas Gerais. Relator: Des<sup>a</sup> Maria Elza. 25 de novembro de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0569.05.003931-6/001. Vicente Eustáquio da Matta; José Carlos Rodrigues e outros e Valéria Silveira Skaff. Relator: Des. Marcos Lincoln. 12 de janeiro de 2011. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2011.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1.0470.02.006542-6/002. Rio Paracatu Mineração S/A. Augusto Ferreira Albernaz. Relator: Des. Luciano Pinto. 09 de novembro de 2006. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0278.07.005014-3/001. Mineração Minas Bahia S/A. DNPM Depto. Nacional de Produção Mineral. Relator: Des. Pedro Bernardes. 25 de maio de 2010. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 375.456-9. Mineração Mateus Leme LTDA. Lamil Lage Minérios LTDA. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de junho 2003. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento nº 307.956-1. José Machado Neto. Goulart Gomes. Relator: Des. Jarbas Ladeira. 28 de março 2001. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0134.07.077936-5/001. Elias Jerônimo Ferreira. DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral. Relator: Des. Osmando Alemeida. 02 de fevereiro de 2010. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Embargos de Declaração Cível Nº 1.0433.02.046709-1/002. CREDINOR COOP CRED Rural Norte Minas LTDA. Antônio Gaspar de Figueiredo Bessa. Relator: Des. Tarcísio Martins Costa. 07 de abril de 2009. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Reexame Necessário Cível Nº 1.0394.06.059335-4/001. Supermercado Coelho Diniz LTDA. IEF Inst. Estadual Florestal. Relator: Des. Caetano Levi Lopes. 28 de abril de 2009. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010. José
- BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0525.02.006673-0/001. Sul Mineira Empresa Mineração LTDA. Hiran Pereira Marcos da Rocha. Relator: Des<sup>a</sup>. Márcia de Paoli Balbino. 24 de abril de 2008. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0180.06.031290-7/001. João Damião de Oliveira e sua mulher. CSN CIA Siderúrgica Nacional. Relator: Des. Wagner Wilson. 22 de novembro de 2007. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0479.04.083070-1/002. Banco ABN AMRO REAL S/A. Alexander Ferreira Costa. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 21 de setembro de 2006. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0261.98.002267-5/003. José Carlos de Castro Couto e outros (a)(s). José Honorato de Castro Espólio e outros. Relator: Des. Nilson Reis. 08 de agosto de 2006. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 1.0647.05.055647-9/001. Carlos Carmo Andrade Melles. Antonino José Amorim. Relator: Des. Saldanha da Fonseca. 12 de julho de 2006. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo N° 1.0362.04.037547-3/001. CAF – Santa Bárbara LTDA. Hermes da Fonseca. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 19 de abril de 2006. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 2.0000.00.514723-7/000. Auto Kamel LTDA. Fabiano Pacheco Cardoso. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 06 de outubro de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 2.0000.00.498640-1/000. Pneu Planalto LTDA. Banco ABN AMRO REAL S.A. Relator: Des. Antônio Sérvulo. 21 de setembro de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N°. 2.0000.00.486.209-9/000. José Aparecido Fonseca e outro. Victor Hugo Eduardo Soler Montalvo e outro. Relator: Des. Dídimo Inocêncio de Paula. 20 de setembro de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 498.641-8. Stravaganza Modas LTDA e outros. Banco do Brasil S/A. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 23 de junho de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 458.434-1/01. Casa Jequitibá LTDA. ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 20 de abril de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N°. 462.711-2. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Wilson Rodrigues da Silva. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 11 de março de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 482.529-0. Jorge Antônio Pinto e outros. Felipe Loureiro. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 10 de março de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N°. 418.458-9. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. José Soares Vilela. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de março de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N°. 417.286-9. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Vicente de Paula Fonseca. Relator: Des. Mauro Soares de Freitas. 04 de março de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 478.344-8. Joaquim Mendes Pego e outro. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Relator: Des. José Affonso da Costa Côrtes. 24 de fevereiro de 2005. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível N° 435.976-6/01. Associação dos Proprietários do Residencial Veredas das Gerais. Olavo Araújo Dias. Relator: Des. Tarcísio Martins Costa. 26 de outubro de 2004. Disponível em:<[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 435.339-3. Augustinho Lourenço da Cruz. Mineração Idelma LTDA. Relator: Des. José Amâncio. 29 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 387.199-0/03. Flávio Henrique de Paula. Automaco Comercial e importadora LTDA. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 28 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 455.475-0/01. Aduato Marques de Paiva e outros. Banco Bamerindus do Brasil S/A – Bamerindus em liquidação. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 07 de outubro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 424.443-5/01. Sandra Miranda da Silva. Banco Rural S.A. Relator: Des. Tarcisio Martins da Costa. 21 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 418.952-2/01. Pif Paf S/A Indústria e Comércio. João Batista de Souza Faustino e outro. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 02 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 1.0000.00.348331-0.000. Glenn Alberto Iken. Estado Minas Gerais. Relator: Des. Moreira Diniz. 19 de agosto de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 454.622-5. Rio Sul Turismo LTDA. Cia. de Seguros Minas – Brasil. Relator: Des. José Flávio de Almeida. 01 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº. 431.507-5. ALCAN Alumínio do Brasil LTDA. Espólio de João Henrique de Carvalho e Alverinda Nunes da Silva. Relator: Des. Elias Camilo. 02 de setembro de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 430.162-2. Rogério Maciel Ferreira. Real Previdência e Seguros S.A. Relator: Des. D. Viçoso Rodrigues. 17 de junho de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 448.747-0. Consavel Administradora de Consórcios LTDA. Leonardo Araújo Salomão. Relator: Des. Pereira da Silva. 24 de junho de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível nº 396.125-9/01. João Batista Henrique de Jesus e outra. Maristela Coelho Moraes. Relator: Des. Tarcísio Martins Costa. 11 de maio de 2004. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 402.350-1. Allcoffee Exportação e Comércio LTDA. Cia. Real de Investimento - Crédito, Financiamento e Investimento e outros. Relator: Des. Edgard Penna Amorim. 16 de setembro de 2003. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 000.267.552-8/00. KMN Mineração LTDA. Município Belo Vale Prefeito Mun. Belo Vale. Relator: Des. Pedro Henriques. 12 de agosto de 2002. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 325.203-3. Andrezina Maria Felizarda da Silva. Ana Maria Teixeira Lourenço e interessado. Relator: Des. Delmival de Almeida Campos. 20 de fevereiro de 2001. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 322.909-8. Brasmic Mineração LTDA. Marsil LTDA. Relator: Des. Jarbas Ladeira. 21 de fevereiro de 2001. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº 000.174.990-2/00. Luis Carlos da Silva. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Des. Páris Peixoto Pena. 30 de maio de 2000. Disponível em:<www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Apelação Cível Nº1.0175.02.001930-3/001. Marcio Geraldo da Silva Costa e Outro e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Des. Dárcio Lopardi Mendes. 12 de junho de 2006. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Acórdão. Agravo de Instrumento Nº 1. 0003.09.033223-4/001. Adailton Eduardo da Silva e Outros e CIA Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG. Relator: Des. Antônio Sérvulo. 17 de agosto de 2010. Disponível em: <www.tjmg.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Out. 2010.

---

#### Tribunal de Alçada de Minas Gerais

MINAS GERAIS. Tribunal de Alçada. Apelação Cível nº 214.676-7. Relator: Des. Kildare Carvalho. Data de julgamento: 19/06/1996.

---

#### Tribunal de Justiça do Distrito Federal

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Acórdão. Apelação Cível 19990110832948APC. Apelante: Célio Augusto Pedrosa. Apelado: Empresa de Mineração Serra do Encanto Ltda. e Outros. Relator: Lécio Resende. 21 de julho de 2008. Disponível em: <www.tj.df.gov.br>. Belo Horizonte, MG. Outubro, 2014.

---

#### Tribunal de Justiça da Paraíba

BRASIL. Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. Acórdão. Agravo de Instrumento Classe II Nº11.546. Sebastião Pereira Soares e Diagem do Brasil Mineração Ltda. Relator: Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.pb.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

#### Tribunal de Justiça do Espírito Santo

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento Nº008119000233. Banco do Estado do Espírito Santo S/A BANESTES. VMM Gran Indústria de Rochas LTD e outros. Relator: Des. Ronaldo Gonçalves de Souza. 26 de junho de 2012. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento Nº38109000216. Almir José Delmagro. Granlima Indústria e Comércio de Granitos Ltda. Relator: Des. Elisabeth Lordes. 31 de maio de 2010. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Agravo de Instrumento Nº0902672-74.2011.8.0000 (008119000092). Anthero Herzog Junior. Rocha Branca Mineração Comércio e Exportação Ltda. Relator: Des<sup>a</sup>. Janete Vargas Simões. 31 de julho de 2012. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jun, 2015.

---

#### Tribunal de Justiça de Santa Catarina

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível Nº 2014.070322-6. Comércio e Extração de Areia Santa Ana Ltda EPP. Fundação do Meio Ambiente FATMA. Relator: Des. Luiz Fernando Boller. 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível Nº 2013.018675-7. Carbonífera Belluno Ltda. Irma Filomena Moretti e outros. Relator: Henry Petry Junior. 26 de março de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Conflito de Competência Nº 2015.008015-2. Juízos da 1ª Vara Cível e da 2ª Vara Cível. Relator: Gaspar Rubick. 15 de abril de 2015. Disponível em: <www.tj.es.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar, 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível Nº 2011.049398-6. Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda e outros. Relator: Cláudio Valdyr Helfenstein. 18 de outubro de 2012. Disponível em: <www.tjsc.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.



BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível N° 2008.055145-3. Carbonífera Metropolitana S/A e Camila Rossi e outros. Relator: Des. Pedro Manuel Abreu. 24 de maio de 2011. Disponível em: <www.tjsc.jus.br>. Belo Horizonte, MG. Mai. 2011.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 96.002080-2. Carbonífera Belluno Ltda. e Hortência Nandi Fernandes e Maria Zanin Fernandes. Relator: Des. Pedro Manoel Abreu. 27 de junho de 1996. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 1997.013760-5. Simas Imobiliária, Comércio e Prestação de Serviços Ltda. e RS Terraplanagem e Comércio de Areia Ltda. Relator: Des. Pedro Manoel Abreu. 12 de março de 1998. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N°2004.031762-2. Haylor Delambre Dias e Érico Guarnieri Indústria e Comércio S/A. Relator: Des. Newton Janke. 09 de junho de 2008. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Agravo de Instrumento N°01003875-7. Mineração Rio do Ouro Ltda. e Calwer Mineração Ltda. Relator: Des. Orli Rodrigues. 18 de maio de 2004. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Acórdão. Apelação Cível em Mandado de Segurança N°5.818. Município de Barra Velha e Outros e Porto de Areia Santa Maria – ME e Outros. Relator: Des. Amaral e Silva. 19 de março de 1996. Disponível em: <www.tj.sc.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

#### Tribunal de Justiça do Mato Grosso

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N°20984/2005 (0020984-52.2005.8.11.0000). Almir Mendonça e Mineração Santa Elina Indústria e Comércio. Relator: Des. José Zuquim Nogueira. 10 de agosto de 2005. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 4929-02.2000.8.11.0000-4929/2000. Diagem do Brasil Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 0004928-17.2000.8.11.0000-4928/2000. Diagem do Brasil Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. Des. José Ferreira Leite. 17 de maio de 2000. Disponível em: <www.tj.mt.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

---

#### Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

BRASIL. Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Acórdão. Apelação Cível N°1000.075706-8/0000-00. Urucum Mineração S.A. e Sociedade Brasileira de Imóveis Ltda. Relator: Des. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan. 14 de setembro de 2004. Disponível em: <www.tjms.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.

---

#### Tribunal de Justiça de São Paulo

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Agravo de Instrumento N°2121340-86.2014.8.26.0000. Alberto Rubens Botti. DNP Terreplanagens e Pavimentadora Floresto LTDA. Relator: Des. Renato Delbianco. 14 de outubro de 2014. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Agravo de Instrumento N°353.575-5/1-00. Mirian Rosa Fochi Ramirez e O JUIZO. Relator: Des. Ricardo Lewandowski. 02 de junho de 2004. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Acórdão. Apelação Cível N°24.353-5/4. Virgílio Calegari e Luiz Alves Coelho e outros. Relator: Des. Aloísio de Toledo. 23 de fevereiro de 1999. Disponível em: <www.tj.sp.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Fev. 2010.



#### Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 70023567324. LVP Mineração LTDA e Condor Empreendimentos Imobiliários SA. Relator: Des. Cláudio Augusto Rosa Lopes Nunes. 14 de julho de 2011. Disponível em: <[www.tj.rs.gov.br](http://www.tj.rs.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 7 70003338043. Dácio Artenes Panassol e João Deoclides da Conceição. Relator: Des<sup>a</sup>. Mara Larsen Chechi. 10 de abril de 2002. Disponível em: <[www.tj.rs.gov.br](http://www.tj.rs.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Acórdão. Apelação Cível N° 70001944289. LVP Mineração LTDA e Outro. Relator: Des. Perciano de Castilhos Bertoluci. 24 de maio de 2001. Disponível em: <[www.tj.rs.gov.br](http://www.tj.rs.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Abril. 2014.

---

#### Tribunal de Justiça do Paraná

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Embargos de Declaração n° 0009797-82.2024.8.16.0019. Kolossus Administração de Bens LTDA. Sogeo Geologia Aplicada LTDA/ME Relator: Des. Leonel Cunha. Data do julgamento: 16/09/2024. Data da publicação: 18/09/2024

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Agravo de Instrumento 1.425.151-7. Antônio Stoccherro e outros. Indústria de Cal Rio Grande LTDA. Relator: Des. Carlos Mansur Arida. 13 de abril de 2016. Disponível em: <[www.portal.tjpr.jus.br](http://www.portal.tjpr.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível 1.090.865-9. Anor Santini Filho. Andrea Catarina Bueno Machado Petermann. Relator: Arquelau Araujo Ribas. 07 de agosto de 2014. Disponível em: <[www.portal.tjpr.jus.br](http://www.portal.tjpr.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível 370.179-7. Materiais para Construção Civil COSTAMORO LTDA. Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Relator: Carvilio da Silveira Filho. 12 de fevereiro de 2010. Disponível em: <[www.portal.tjpr.jus.br](http://www.portal.tjpr.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. Acórdão. Apelação Cível N° 372087-2. Extração De Areia Zucchi LTDA e Copel Geração S/A. Relator: Des. Arno Knoerr. 14 de maio de 2009. Disponível em: <[www.tj.pr.gov.br](http://www.tj.pr.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

---

#### Tribunal de Justiça da Bahia

BRASIL. Tribunal de Justiça da Bahia. Acórdão. Embargos de Declaração N° 0301199-52.2012.8.05.0000/500000. Jurandir Barbosa de Souza e Outro. Manoel Alvaro de Lima Soriano. Relator: Dra. Lisbete M. Teixeira Almeida César Santos. 17 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www5.tjba.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

---

#### Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Acórdão. Agravo de Instrumento N° 168620-95.2013.8.09.0000. Companhia Goiana de Ouro. Fábio Mendanha de Castillo e Outros. Relator: Des. Wilson Safatle Faiad. 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.tjgo.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

---

#### Tribunal de Justiça do Estado do Pará

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão. Apelação Cível N° 2012.3.018542-8. Vale S/A. José Rodrigues Guimarães e Joana Maciel Guimarães. Relator: Des. Roberto Gonçalves de Moura. 23 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão. Apelação Cível N° 2013.3031849-0. Vale S/A. Antonio Anterio Vieira. Relator: Des. Roberto Gonçalves de Moura. 08 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.tjpa.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2015.

---

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Acórdão. Embargos de Declaração em Apelação 0015253-58.2008.8.22.0002. Valdecir da Silva. Madeireira Seu Vital Ltda. Relator: Des. Kiyochi Mori. 06 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Acórdão. Apelação 0015253-58.2008.8.22.0002. Madeireira Seu Vital Ltda. Valdecir da Silva. Relator: Des. Kiyochi Mori. 28 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://webapp.tjro.jus.br>>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2017.

---

Tribunal de Justiça do Tocantins.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Tocantins. Acórdão. Mandado de Segurança 0006485-04.2014.827.0000. Wanderlúbio Barbosa Gentil. Juízes das Varas Cível e Criminal da Comarca de Arraias. Relator: Ronaldo Eurípedes. 04 de junho de 2014. Disponível em: <[www.tjto.jus.br](http://www.tjto.jus.br)>, Belo Horizonte, MG. Jun. 2016.

---

Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Nº 0025091-40.1994.4.01.0000. União Federal e Outro. Relator: Des. Juiz Carlos Fernando Mathias. 24 de fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação em Mandado de Segurança Nº 0012283-70.2003.4.01.3400. Aço Mineração LTDA e União Federal. Relator: Desª. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 03 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação em Mandado de Segurança. Nº 0018995-45.2000.4.01.3800. ANNSA Mineração LTDA e Mineração Brasileiras Reunidas S/A – MBR. Relator: Desª. Selene Maria De Almeida. 10 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abril. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação Civil Nº 0000419-91.2005.4.01.3100. Tocantins Mineração S/A e Outros. Relator: Desª. Selene Maria De Almeida. 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2001.01.00.023259-2/MT. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso e Cesar Pizzato Quadros e Outros. Relator: Des. Mário César Ribeiro. 08 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Cível Nº 1997.01.00.019086-3/MG. Triarcom – Triângulo Argamassas Concreto e Mineração LTDA e Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM . Relator: Des. Aloísio Palmeira. 27 de maio de 1999. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.060499-1 MG. Brasroma Mineração Comércio e Indústria LTDA e outro e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Desª. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 2 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2008.01.00.028142-2/MG. José Alves da Silva e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Desª. Selene Maria de Almeida. 17 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.050299-0/MG. Mineração e Comércio do Turvo LTDA. e Ministério Público Federal. Relator: Des. Souza Prudente. 31 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.



BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.046561-0/MG. Lacel Quartzito LTDA ME e Ministério Público Federal. Relator: Des. Souza Prudente. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2007.01.00.037730-8/MG. Maria das Graças de Oliveira Lopes e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Selene Maria de Almeida. 05 de setembro de 2007. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br> >, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2006.01.00.029205-8/MG. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Lions Clube Poços de Caldas - Urânio. Relator: Des. Catão Alves. 10 de agosto de 2006. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.020553-4/MG. Ana Etelvina Mendes Souza e Soares e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des<sup>a</sup>. Selene Maria de Almeida. 02 de agosto de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.013562-7/MG. Raimundo Candido da Silva e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Daniel Paes Ribeiro. 28 de abril de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.012610-7/MG. Francisco de Assis Silva Rabelo e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. João Batista Moreira. 1 de março de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2004.01.00.014242-7/MG. Geraldo Linhares Camargos e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des<sup>a</sup>. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 29 de abril de 2004. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2003.01.00.040143-3/MG. Francisco Antonio Dias Filho e outros e Caixa Econômica Federal – CEF. Relator: Des. Selene Maria de Almeida. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão Monocrática. Agravo de Instrumento Nº 2003.01.00.033945-4/MG. Tracomal Terraplanagem e Construções Machado LTDA e outro e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des<sup>a</sup>. Selene Maria de Almeida. 16 de dezembro de 2003. Disponível em: < <http://www.trf1.gov.br>>, Belo Horizonte, MG. Set. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança Nº2003.34.00.012282-2/DF. Aço Mineração Ltda. e Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM. Relator: Des<sup>a</sup>. Maria Isabel Gallotti Rodrigues. 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança Nº2000.38.00.019113-0/MG. ANNSA Mineração Ltda. e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des<sup>a</sup>. Selene Maria de Almeida. 09 de janeiro de 1986. Disponível em: <[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Remessa Ex Offício Nº94.01.28245-5/MG. União Federal e Minérios Ferros e Metais Ltda. Relator: Des. Carlos Fernando Mathias. 29 de junho de 1999. Disponível em: <[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Cível Nº94.01.28090-8/MG. União Federal e Minérios Ferros e Metais Ltda. Relator: Des. Carlos Fernando Mathias. 29 de junho de 1999. Disponível em: <[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Acórdão. Apelação Cível Nº2005.31.00.0004189/AP. Estado do Amapá e Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI. Relator: Des<sup>a</sup>. Selene Maria de Almeida. 12 de junho de 2007. Disponível em: <[www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.



#### Tribunal Regional Federal 2

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.044482-8. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Mineração Itarana Ltda. Relator: Des. Raldênio Bonifacio Costa. 28 de julho de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.015500-4. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Giromar Extração de Minerais Ltda. Relator: Raldênio Bonifacio Costa. 28 de julho de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01044477-4. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Ignez Fiorio. Relator: Des. Poul Erik Dyrlynd. 03 de novembro de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Acórdão. Apelação Cível N°2001.02.01.015049-3. Cachita Mineração e outros e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des. Fernando Marques. 21 de agosto de 2009. Disponível em: <www.trf2.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

#### Tribunal Regional Federal 4

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Apelação/Reexame Necessário N° 5000028-63.2013.4.04.7214. Relator: Des. Fernando Quadros da Silva. 30 de março de 2016. Disponível em: <www.trf4.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Mar. 2017

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança N°2002.72.00.0005487. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Carlos Roberto de Paiva Estrella. Relator: Desª. Maria de Fátima Freitas Labarrère. 18 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.trf4.jus.br>, Belo Horizonte, MG, Jan. 2010.

---

#### Tribunal Regional Federal 5

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Acórdão. Apelação Cível nº 0000072-56.2013.4.05.8309. Cloves Siqueira de Oliveira, et, al e Gesso Mundial do Brasil e Comércio e Calcinação de Gesso LTDA. Relator: Des. Paulo Cordeiro. 10 de agosto de 2021. Disponível em: [https://app.vlex.com/search/jurisdiction:BR+content\\_type:2+date:2020-04-01../William+Freire/vid/915851260](https://app.vlex.com/search/jurisdiction:BR+content_type:2+date:2020-04-01../William+Freire/vid/915851260). Acesso em: 02 de janeiro de 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Acórdão. Apelação em Mandado de Segurança N°87945/RN. Gilberto Ananias Câmara de Sá e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Relator: Des. Francisco Wildo. 09 de setembro de 2004. Disponível em: <www.trf5.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

#### Supremo Tribunal Federal

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão. Agravo de Instrumento N°404862. Annsa Mineração Ltda. e Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR. Relator: Min. Nelson Jobim. 15 de abril de 2003. Disponível em: <www.stf.jus.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

#### Superior Tribunal de Justiça

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial N° 1.471.571. Valdecir da Silva e Madeireira Seu Vital LTDA. Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze. 10 de fevereiro de 2015. Disponível em:<www.stj.gov.br> Mar. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Conflito de Competência N°32.659. Justiça Pública e Adenilson da Costa Neves. Relator: Min. Felix Fischer. 12 de junho de 2002. Disponível em:<www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Recurso Especial N°595.588. Cia. Vale do Rio Doce e José Hilário Ferreira Filho. Relator: Min. Teori Albino Zavascki. 28 de novembro de 2006. Disponível em:<www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. Conflito de Competência N°32.414. Justiça Pública e Márcio Afonso Siqueira. Relator: Min. Felix Fischer. 13 de março de 2002. Disponível em:<www.stj.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Jan. 2010.

---

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO/ MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA / CONJUR-MME/  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL / AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO/  
PROGE/DNPM / PFE/ANM

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União. Consultoria junto ao MME. Parecer nº 00465/2020/CONJUR/MME/CGU/AGU. Assuntos: Divergências existentes entre os posicionamentos da antiga PF/DNPM e desta CONJUR/MME com relação ao regime jurídico dos rejeitos e estéréis da mineração.

BRASIL. PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Parecer Normativo 208/2020/PFE-ANM/PGF/AGU. NUP 48413.826231/2013-43. Requerimento de Pesquisa. Sobreposição com área urbana. Formulação de exigência para obtenção de anuência da municipalidade.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Nota DECOR/CGU/AGU N 013/2007. Processo N° 48412.861956/80-22 e 48400.000158/01-92. Consulta referente à necessidade de prévia autorização do Conselho de Defesa Nacional para concessão de penhor de direitos minerários representados por concessões de lavra com alvarás de autorização de pesquisa, em áreas localizadas na Faixa de Fronteira. 16 de janeiro de 2007. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N° GQ – 129. Processo N° 48000.001810/96-52. Da lavra do Consultor da União Dr. Alfredo Ruy Barbosa. 21 de agosto de 1997. Disponível em: <www.agu.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N°JT – 05. Processo N° 48400.000158/2001-92 e 48412.861956/80-22. Da lavra da Advogada da União Dra. Priscila Cunha do Nascimento e Prometalica Mineração Ltda. 29 de junho de 2009. Disponível em: <www.agu.gov.br>, Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N° RB – 02/97. Processo N° 48000.001810/96-52. Utilização Direta de recursos minerais pelos Municípios. 23 de julho de 1997. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Advocacia Geral da União. Parecer N° RB – 01/95. Processo N° 48000.000451/94-54. Caducidade de Concessão por Abono da Mina. 07 de março de 1992. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

Processo ANM 27203/8/1994-59. Assunto: Caducidade do direito de requerer a lavra. Data da publicação: 08/11/2019.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Parecer/PROGE N° 038/2012 – AS. Processo nº 49400-000024/2007-61. Interessados: Companhia DNPM/RJ. 09 de maio de 2012. Belo Horizonte, MG. Set. 2013

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Parecer/PROGE N° 127/2008 – AS. Processo nº 043.306/1956; 002.771/1935. Interessados: Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Viga Mineração Engenharia Ltda. Procuradora Jurídica do Órgão de Execução da PGF junto ao DNPM. 09 de abril de 2008. Belo Horizonte, MG. Dez. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 05/2006. Processo DNPM N° 800.755/1996 e 800.357/04. Guanordeste Mineração e Comércio Ltda e Extrativa Fertilizantes S.A. 12/01/2006. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 284/2005. Processo N° 48400.001607/2005-43. Corumbá Concessões S/A. Consultor Jurídico Vladimir Muska Tirovic - Substituto. 30 de setembro de 2005. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 018/99. Processos N° 820.592/97, 820.593/97 e 820.594/97. Mineração Alto Paraíba Ltda. – MAPA. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 24 de fevereiro de 1999. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 077/99. Processo n°. 48000.002066/99-29. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Consultora Jurídica Arlinda Ivone Toledo de Menezes. 08 de setembro de 1999. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 371/2004. Processo N° 830.281/83-95. Clever Porfírio Garcia – Firma Individual. Consultora Jurídica Erenice Guerra. 10 de dezembro de 2004. Belo Horizonte, MG. Mar. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 096/98. Processo N° 832.650/86. Evandro Luiz de Almeida. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 28 de setembro de 1998. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Parecer CONJUR/MME N° 062/97. Processo N° 48000.00314696-59. Departamento Nacional de Produção Mineral. Consultor Jurídico José Calasans Junior. 13 de maio de 1997. Belo Horizonte, MG. Set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Representação. Acórdão n° 720/2003. Processo 011.356/2002-7. Segunda Câmara. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar. Data da sessão: 08/05/2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. Plenário. Tribunal de Contas n° 009.081/2017-8. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data da sessão: 14/03/2018. Código da página do TCU na Internet: AC-0513-08/18-P.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. Tribunal de Contas n° 014.919/2010-9. Ministro: Benjamin Zymler. Data da sessão: 11/04/2018. Código da página do TCU na Internet: AC-0768-12/18-P.

---

### **Citações de William Freire como referência doutrinária em publicações nacionais e internacionais#**

*Some references to William Freire as a legal scholar in domestic and international law books and legal articles*

DEWAR, Elaine. Uma demão de verde – os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 4. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

LAMBERT, Jean-Marie; DEBARROS, Aramis c.; O Ambientalismo pelo Averso. Goiânia: Editora dos Autores, 2025.

CARRASCO, Lorenzo – Coordenação Editorial. Máfia Verde - O Ambientalismo a serviço do Governo Mundial. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2003.

LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. Máfia Verde 2 – Ambientalismo, Novo Colonialismo. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005.

CARRASCO, Lorenzo; PALACIOS, Silvia. Quem manipula os povos indígenas contra o desenvolvimento do Brasil – um olhar nos porões do Conselho Mundial de Igrejas. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2013.

BERNARDIN, Pascal. O império ecológico ou a subversão da ecologia pelo globalismo. Campinas: Vide editorial, 2015.

REBELO, Aldo. Amazônia - A maldição de Tordesilhas: 500 anos de cobiça internacional. Rio de Janeiro: Ipsis Gráfica e Editora, 2024.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em MARQUES, Luciana Drumond Gallo e FIGUEIREDO, Fábio Henrique Vieira. A impossibilidade de interrupção da atividade minerária em face do direito de propriedade dos quilombolas. Em GANDARA, André Leonardo; SOUZA, André Pellegrino de; MARQUES, Luciana Drumond Gallo; WERKEMA, Sirihal [Org.]. Direito Minerário – Mining Law. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. p. 81-99.

FREIRE, William. Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte: Mineira, 2005. PRATES, Lucas de Souza; SOEIRO, Mateus Carvalho. Citado em Federalismo cooperativo ambiental e conflitos legislativos na mineração: uma análise à luz do controle de constitucionalidade de Minas Gerais. Em CORRÊA, Leonardo Alves; SANTOS, Thiago de Passos de Castro e. Direito, Mineração e Meio Ambiente – debates contemporâneos. Belo Horizonte: Expert, 2025, p. 251-274.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em RIBEIRO, Maria Cláudia de Borges Araújo e; PORTUGAL, Nathália Andrade. Unidade de Conservação e os conflitos relacionados a atividade de Mineração. Em CORRÊA, Leonardo Alves; SANTOS, Thiago de Passos de Castro e. Direito, Mineração e Meio Ambiente – debates contemporâneos. Belo Horizonte: Expert, 2025, p. 469-492.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em SANTOS, Arthur Barros Dutra. A qualidade regulatória da ANM a partir do contexto regulatório brasileiro. Em CORRÊA, Leonardo Alves; SANTOS, Thiago de Passos de Castro e. Direito, Mineração e Meio Ambiente – debates contemporâneos. Belo Horizonte: Expert, 2025, p. 517-551.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em Alexandre Oheb; MARINHO, Lucas Fonseca. A qualidade de interesse nacional e utilidade pública da mineração enquanto atividade essencial para concretização dos direitos fundamentais, sociais, princípios e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Em SION, Alexandre Oheb [Org.]. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte: Del Rey, 2020, p. 17 – 32.

FREIRE, William. Riscos jurídicos na Mineração. Belo Horizonte: Editora Jurídica, 2019. BATISTA, Carolina Sampaio; Citado em PEREIRA, Isabella Jorge Faria. Unidades de Conservação e a Promoção do Desenvolvimento sustentável. In SION, Alexandre Oheb [Org.]. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte: Del Rey, 2020. p. 33-51.

FREIRE, William; MARTINS, Daniela Lara. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Belo Horizonte: Mineira de Livros Jurídicos, 2003. Citado em MACHADO, Frederico Munia. Aproveitamento econômico (reprocessamento) de rejeitos. In SION, Alexandre Oheb [Org.]. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte; Del Rey, 2020, p. 61-74.

FREIRE, William; MARTINS, Daniela Lara. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora Jurídica, 2009. Citado em COSTA, Solange; PINHO, Stéfani. Propriedade sobre os resíduos da mineração e o seu aproveitamento. In SION, Alexandre Oheb [Org.]. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte; Del Rey, 2020, p. 105-125.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: Aide. Citado em FARIAS, Talden. O Direito Minerário no Ordenamento Jurídico Brasileiro. In SION, Alexandre Oheb [Org.]. Direito Minerário em Foco. Belo Horizonte; Del Rey, 2020, p. 147-162.

FREIRE, William. Direito Minerário. 5. Ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. Citado em RODRIGUES, Verônica da Costa; MELO, Anna Grazielle Ferreira de. Gestão Estratégica de Direitos Minerários: riscos, segurança jurídica e governança no setor mineral brasileiro. In BRANDÃO, Clarissa; WAJNBERG, Bianca; VIAL, Gabriella (coord.). Mineração com elas. Belo Horizonte: TLM Edições, 2025, p. 137-149.

FREIRE, William. Direito Minerário: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. 2 ed., 1 reimp. - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022. Citado em PEREIRA, Isabella Jorge Faria; LOPES, Karina Coutinho. Desafios jurídicos recentes com reflexos operacionais na mineração: aspectos sobre a utilidade pública da atividade minerária e sua realização no interesse nacional. In BRANDÃO, Clarissa; WAJNBERG, Bianca; VIAL, Gabriella (coord.). Mineração com elas. Belo Horizonte: TLM Edições, 2025, p. 291-304.

FREIRE, William. Meios de integração e métodos de interpretação aplicados ao Direito Minerário: necessidade de sistematização in FREIRE, William [et al], Coordenador. Direito da Mineração. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Instituto dos Advogados, 2023. Citado em PEREIRA, Isabella Jorge Faria; LOPES, Karina Coutinho. Desafios jurídicos recentes com reflexos operacionais na mineração: aspectos sobre a utilidade pública da atividade minerária e sua realização no interesse nacional. In BRANDÃO, Clarissa; WAJNBERG, Bianca; VIAL, Gabriella (coord.). Mineração com elas. Belo Horizonte: TLM Edições, 2025, p. 291-304.

FREIRE, William. Segurança jurídica da mineração como garantia do não retrocesso da segurança alimentar e do não retrocesso do avanço científico. Disponível em: <https://x.gd/sFRSG>. Acesso em: 22/07/2025. Citado em PEREIRA, Isabella Jorge Faria; LOPES, Karina Coutinho. Desafios jurídicos recentes com reflexos operacionais na mineração: aspectos sobre a utilidade pública da atividade minerária e sua realização no interesse nacional. In BRANDÃO, Clarissa; WAJNBERG, Bianca; VIAL, Gabriella (coord.). Mineração com elas. Belo Horizonte: TLM Edições, 2025.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 4. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em BOTELHO, Melo Mariana; OLIVEIRA, Frederico Bedran; ADAMI, Luiz Carlos de Moura. Questões regulatórias e ambientais em zona de amortecimento de áreas restritivas à mineração. In SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de; SOUZA, Maurício Pellegrino de; CASTRO, Paula Azevedo de. (Coord.). PINTO, Fabiane Sousa; MARQUES, Natália. (Org.). Práticas transversais no Direito da Mineração. v. 5. São Paulo: Cescon Barrieu, 2024, p. 230-245.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Rio de Janeiro: Aide, 1998. Citado em TANURE, Fernanda Abreu; PEREIRA, Márcio Silva. Recuperação ambiental e reparação de dano na mineração. In SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de; SOUZA, Maurício Pellegrino de; CASTRO, Paula Azevedo de. (Coord.). PINTO, Fabiane Sousa; MARQUES, Natália. (Org.). Práticas transversais no Direito da Mineração. v. 5. São Paulo: Cescon Barrieu, 2024. p. 495-514.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. Ed. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2010. Citado em BORGES, Gabriela Nasser de Freitas; FERREIRA, André Ricardo Lima; FERREIRA, Guilherme Simões. Aproveitamento de rejeitos estéreis pelo titular do direito minerário: produtos da lavra. In SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de; SOUZA, Maurício Pellegrino de; CASTRO, Paula Azevedo de. (Coord.). PINTO, Fabiane Sousa; MARQUES, Natália. (Org.). Práticas Transversais no Direito da Mineração. v. 5. São Paulo: Cescon Barrieu, 2024, p. 246-260.

FREIRE, William. Código de mineração anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. 2. Ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. Citado em ATAÍDE, Pedro. Direito Minerário. 3. ed., ver., atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020.

FREIRE, William. Código de mineração anotado. 4. Ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em HENRIQUES FILHO, Tarcísio. Direito minerário: anotações à legislação minerária brasileira. Curitiba: CRV, 2020. p. 53-66. Citado em FEIGELSON, Bruno; SOUZA, Bernardo; COSTA, Thiago. Curso de Direito Minerário. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.

FREIRE, William. O marco regulatório da mineração, o direito de prioridade estudado a partir do direito comparado e a oportunidade de acabar com as filas na porta do DNPM e reduzir sensivelmente as especulações. In FREIRE, WILLIAM (Coord.). Mineração, energia e ambiente. Belo Horizonte: Jurídica, 2010. p. 205-211. Citado em FEIGELSON, Bruno; SOUZA, Bernardo; COSTA, Thiago. Curso de Direito Minerário. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.

FREIRE, William. Direito minerário: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. Citado em FEIGELSON, Bruno; SOUZA, Bernardo; COSTA, Thiago. Curso de Direito Minerário. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.

FREIRE, William. Direito ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima; FERREIRA, Guilherme Simões; OLIVEIRA, Rafael Aleixo de. A eficácia da DUP – Declaração de Utilidade Pública e da servidão minerária como instrumento de bloqueio de Áreas (Proteção) para evitar o conflito de direitos Minerários. In SION, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 39-59.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima; FERREIRA, Guilherme Simões; OLIVEIRA, Rafael Aleixo de. A eficácia da DUP – Declaração de Utilidade Pública e da servidão minerária como instrumento de bloqueio de Áreas (Proteção) para evitar o conflito de direitos Minerários. In SION, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 39-59.

FREIRE, William. Aspectos Controvertidos do Direito Minerário e Ambiental. Belo Horizonte: Jurídica, 2013. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima; FERREIRA, Guilherme Simões; OLIVEIRA, Rafael Aleixo de. A eficácia da DUP – Declaração de Utilidade Pública e da servidão minerária como instrumento de bloqueio de Áreas (Proteção) para evitar o conflito de direitos Minerários. In SION, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 39-59.

FREIRE, William. Direito Minerário. Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. São Paulo: D'Plácido, 2019. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima; FERREIRA, Guilherme Simões; OLIVEIRA, Rafael Aleixo de. A eficácia da DUP – Declaração de Utilidade Pública e da servidão minerária como instrumento de bloqueio de Áreas (Proteção) para evitar o conflito de direitos Minerários. In SION, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 39-59.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em OLIVEIRA, Frederico Bedran; MALDONADO, Gabriel Mota. Anotações sobre a relação entre mineração e liberdade econômica. *IN SION*, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 101-113.

FREIRE, William. Direito Minerário: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. Citado em GANDARA, Leonardo André; WERKEMA, Maurício Sirihal. Direito Minerário como garantia: dez anos depois. *In SION*, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 161-179.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. BRITO, Luis Antonio Monteiro de. Citado em Mineração e Meio Ambiente: entre o Caráter Economicamente Estratégico e a Inevitabilidade dos Impactos Ambientais. *In SION*, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 193-214.

FREIRE, William. <https://williamfreire.com.br/areas-do-direito/direito-minerario/regime-juridico-dos-recursos-minerais-no-direito-brasileiro/?pdf=165>. Citado em ADAMI, Luiz Carlos de Moura. Formas de Extinção do Direito Minerário. *In SION*, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 215-230.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em SOUZA, Luiza Mello; COSTA, Solange. A Guia de Utilização para nova substância em área objeto de concessão de lavra. *In SION*, Alexandre Oheb (Coord.) Direito Minerário em Foco: Tomo II. Rio de Janeiro: Synergia, 2021, p. 231-241.

FREIRE, William. Código de Mineração Brasileiro. Belo Horizonte: Jurídica, 2008. Citado em GOMES, Caio Brilhante. O PAE como auxiliador na celeridade do processo de licenciamento ambiental na mineração. *In Oheb*, Alexandre Sion (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo III. Andradina: Meraki, 2023, p. 64-79.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 4. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em GOMES, Caio Brilhante. O PAE como auxiliador na celeridade do processo de licenciamento ambiental na mineração. *In Oheb*, Alexandre Sion (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo III. Andradina: Meraki, 2023, p. 64-79.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Mineira Livros Jurídicos, 2005. Citado em GOMES, Caio Brilhante. O PAE como auxiliador na celeridade do processo de licenciamento ambiental na mineração. *In Oheb*, Alexandre Sion (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo III. Andradina: Meraki, 2023, p. 64-79.

FREIRE, William. Direito ambiental aplicado à mineração. Belo Horizonte: Mineira Livros Jurídicos. 2005. Citado em PEREIRA, Márcio Silva. Os atuais desafios para o aproveitamento mineral em área com potencial espeleológico. *In Oheb*, Alexandre Sion (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo III. Andradina: Meraki, 2023, p.188-211.

FREIRE, William. Direito Minerário. Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. 2ª Ed. 2019. Citado em REIS, Izabela Pardini. FARIA, Ana D. C. Legítima expectativa do investidor e segurança jurídica na mineração: uma reflexão sobre a indenizabilidade de direitos minerários. *In PAULA*, Fernanda de. [Org.]. Belo Horizonte: D' Plácido, 2025, p. 53-68.

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 5ª ed. Rev. Atualiz. Ampl. Belo Horizonte: Mandamentos. 2010. Citado em REIS, Izabela Pardini. FARIA, Ana D. C. Legítima expectativa do investidor e segurança jurídica na mineração: uma reflexão sobre a indenizabilidade de direitos minerários. *In PAULA*, Fernanda de. (organizadora). Belo Horizonte: D' Plácido. 2025, p. 53-68.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 4. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. Citado em: Questões regulatórias e ambientais em zona de amortecimento de áreas restritivas à Mineração. Citado em BOTELHO, Mariana Melo; OLIVEIRA, Frederico Bedran; ADAMI, Luiz Carlos de Moura Adami. *In Práticas transversais do Direito da Mineração*. MENDO, Marcelo; Pellegrino, Maurício; AZEVEDO, Paula. Coordenadores. Coleção Mineração e desenvolvimento sustentável. Vol. V. 2024, p. 230-243.

FREIRE, William. Riscos Jurídicos na Mineração. Belo Horizonte: Jurídica, 2019. Citado em GUIMARÃES, Marcela Faria de Almeida; FRADE, Cristiane Ayres. *Compliance* ambiental como ferramenta de prevenção operacional e financeira para as companhias. *In AZEVEDO*, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 109-122.

FREIRE, William; SARSUR, Marcelo. O mínimo que todo empresário precisa saber sobre direito penal. Belo horizonte: Jurídica, 2019. Citado em *Compliance ambiental como ferramenta de prevenção operacional e financeira para as companhias*. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 109-122.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. Ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. ALMEIDA, Maria Luiza Tavares de. Responsabilidade civil decorrente da exploração de área de terceiro: análise quanto à solidariedade da responsabilidade civil ambiental. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 493-512.

FREIRE, William. Direito Minerário: acesso à imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. Citado em ALMEIDA, Maria Luiza Tavares de. Responsabilidade civil decorrente da exploração de área de terceiro: análise quanto à solidariedade da responsabilidade civil ambiental. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 493-512.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. Ed. Belo horizonte: mandamentos, 2010. Citado em SOARES, Danilo Resende; AZEVEDO, Marcelo. Unidade de conservação sobre área de concessão de lavra: conceitos fundamentais e consequências jurídicas. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 581-606.

FREIRE, William. Direito Ambiental aplicado à mineração. Belo Horizonte: Editora Mineira, 2005. Citado em SOARES, Danilo Resende; AZEVEDO, Marcelo. Unidade de conservação sobre área de concessão de lavra: conceitos fundamentais e consequências jurídicas. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 581-606.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do manifesto de mina no direito brasileiro. Citado em SOARES, Danilo Resende; AZEVEDO, Marcelo. Unidade de conservação sobre área de concessão de lavra: conceitos fundamentais e consequências jurídicas. In AZEVEDO, Marcelo; MALTA, Bruno. Direito do Ambiente em Perspectiva [Org.]. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020, p. 581-606.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. Ed., rev., atual. e ampl., Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2010. Citado em MARTINEZ, Arthur Luís Diz; LIMA, Guilherme Corrêa da Fonseca. A possibilidade do exercício do juízo de retratação pelos gerentes regionais da ANM quando da interposição de Recurso Administrativo à Diretoria Colegiada. In SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 79-97.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed.,ver., atual. e ampl., Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima. A não comunicação de re(início) das atividades de pesquisa mineral em face do art. 21, parágrafo 1º do Decreto Federal nº 9.406/2018 e o risco de autuações pela ANM. In SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 51-63.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Mineira, 2005. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima. A não comunicação de re(início) das atividades de pesquisa mineral em face do art. 21, parágrafo 1º do Decreto Federal nº 9.406/2018 e o risco de autuações pela ANM. In SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 79-97.

FREIRE, William; MATTOS, T. Aspectos Controvertidos do direito Minerário e Ambiental. Belo Horizonte: Jurídica, 2013. Citado em FERREIRA, André Ricardo Lima. A não comunicação de re(início) das atividades de pesquisa mineral em face do art. 21, parágrafo 1º do Decreto Federal nº 9.406/2018 e o risco de autuações pela ANM. In SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 79-97.

FREIRE, William. Meios de integração e métodos de interpretação aplicados ao direito Minerário: necessidade de sistematização. FREIRE, William. Direito da Mineração [Org.]. Belo Horizonte: IMAG, 2022. Citado em MENDES, Edgar de Souza; PEDERSOLI, Marina Tavares e Silva. Atividades minerárias, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. In SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 137-149.

FREIRE, William. Riscos Jurídicos na Mineração. Belo Horizonte: Jurídica, 2019. Citado em OLIVEIRA, Giselle Christina Neves de. Projetos minerários em áreas de projetos de assentamento do INCRA. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p.183-201.

FREIRE, William. Características da Mineração e seus reflexos no direito. Disponível em: <https://williamfreire.com.br/publicacoes/artigos/caracteristicas-da-mineracao-e-seus-reflexos-no-direito-minerario/?pdf=338>. Acesso em: 12 de julho de 2023. Citado em OLIVEIRA, Giselle Christina Neves de. Projetos minerários em áreas de projetos de assentamento do INCRA. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 183-201.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em BRITO, Luis Antônio Gomes de Souza Monteiro. CABRAL; Nathalia Santos. Direito Minerário e liberdade contratual: uma análise da natureza e dos limites do acordo firmado entre o superficiário e o titular do direito de pesquisa mineral. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024. p. 231-245.

FREIRE, William. Natureza jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do manifesto de mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário, 2005. Citado em SOUZA, Luiza Mello; COSTA, Solange. A Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de servidão e desapropriação no âmbito da Agência Nacional de Mineração. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024, p. 247-262.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em SOUZA, Luiza Mello; COSTA, Solange. A Declaração de Utilidade Pública (DUP) para fins de servidão e desapropriação no âmbito da Agência Nacional de Mineração. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024, p. 247-262.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em BEVENUTO, Thiago de Freitas. Direitos Minerários como garantia em operações de financiamento de atividades de mineração: panorama normativo. *In* SION, Alexandre Oheb (Coord.). Direito Minerário em Foco: Tomo IV. Rio de Janeiro: Synergia, 2024, p. 357-379.

FREIRE, William. Direito Minerário: acesso à imóvel de terceiros para pesquisa e lavra. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022. Citado em MARCHESIN, André; FERREIRA, André. Conflito regulatório no setor minerário brasileiro: análise a partir da NR-22 e da resolução ANM nº 95/2022. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 97-112.

FREIRE, William. Direito Minerário: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022. Citado em CUNHA, Clara Araújo. A Declaração de Utilidade Pública (DUP) como instrumento de intervenção na propriedade privada para a atividade minerária: análise de implicações e lacunas regulatórias. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 143-156.

FREIRE, William. Natureza jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do manifesto de mina no Direito brasileiro. Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário, 2005. Citado em ALVARENGA, Clara Sacramento. Brasil mineral: trajetória histórica, sistemas de exploração e potencial econômico. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 157-170.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. 5. ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em SALAZAR, Gabriela; MENEZES, Mariângela. Compra e venda de minério ilegal e contornos jurídicos da responsabilidade civil do adquirente. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 211-221.

FREIRE, William. AZEVEDO, Marcelo; JÚNIOR, Paulo Honório de Castro, FREIRE, William. Direito da Mineração: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo horizonte; D'Plácido, 2022. Citado em TEIXEIRA, Laís Aranha Sampaio Lima. Relações contratuais entre particulares no setor minerário: contribuições à segurança jurídica nas aquisições secundárias de títulos minerários. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 283-296.

FREIRE, William. Riscos jurídicos na mineração. Belo Horizonte: Editora Jurídica, 2019. Citado em TEIXEIRA, Laís Aranha Sampaio Lima. Relações contratuais entre particulares no setor minerário: contribuições à segurança jurídica nas aquisições secundárias de títulos minerários. *In* FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 283-296.

FREIRE, William. Direito minerário: acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Belo Horizonte: D'Plácido, 2025. Citado em FREITAS, Tamires Nerys; GOMEZ, Luciana de Almeida. Desapropriação indireta de direitos minerários e uma reflexão sobre os entendimentos dos tribunais. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 313-323.

FREIRE, William. Direito da Mineração. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2022. Citado em WELTER, Mariana Gomes; LEITE, Tiago Mozart Gonçalves. Fechamento de minas em áreas urbanas: desafios regulatórios, técnicos e institucionais. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 397-412.

FREIRE, William. Natureza jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Revista de Direito Minerário, 2005. Citado em VIEIRA, Nara Lage; AMORIM, Solrana Nepomuceno. Direitos minerários, resultado da lavra e faturamento da empresa como bens judicialmente penhoráveis. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 439-453.

FREIRE, William. Direito da Mineração. Meios de integração e métodos de interpretação aplicados ao Direito Minerário: necessidade de sistematização. Belo Horizonte: Clio Gestão cultural e Editora, 2022, p. 11-42. Citado em RICCIO, Thiago Quintão; CARLOS, Lucas César Moraes. M&A de projetos minerários *GREENFIELD*: o desafio da precificação e técnicas contratuais de redução das assimetrias. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 541-557.

FREIRE, William. Regime Jurídico dos recursos Minerários no Direito Brasileiro. Revista da Advocacia Geral da União, v. 19, n. 3, p. 103-130, 2020. Citado em RICCIO, Thiago Quintão; CARLOS, Lucas César Moraes. M&A de projetos minerários *GREENFIELD*: o desafio da precificação e técnicas contratuais de redução das assimetrias. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 541-557.

##FREIRE, William. Segurança jurídica na pesquisa mineral: notas sobre a MP 790/2017. Disponível em: <https://jota.info/opiniao-e-analise/artigos/seguranca-juridica-na-pesquisa-mineral>. Acesso em: 25 de setembro de 2025. Citado em RICCIO, Thiago Quintão; CARLOS, Lucas César Moraes. M&A de projetos minerários *GREENFIELD*: o desafio da precificação e técnicas contratuais de redução das assimetrias. In FREIRE, William [Org.]. Direito da Mineração. São Paulo: D'Plácido, 2025, p. 541-557.

FREIRE, William. Direito Minerário. Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. 2ª Ed. 2021. Citado em SILVANO, Amanda César. A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. In Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 45-58.

FREIRE, William. Riscos Jurídicos na Mineração. 2019. Citado em SILVANO, Amanda César. A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. In Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 45-58.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Mineira. 2005. Citado em SILVANO, Amanda César. A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. In Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 45-58.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Mineira. 2005. Citado em FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho e CARVALHO, Giovanna Elisa Oliveira. O aproveitamento econômico de rejeitos de mineração pela visão da Agência Nacional de Mineração e do Poder Judiciário. Citado em: A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 59-82.

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 5ª ed. Ver. Atualiz. Ampl. Belo Horizonte: Mandamentos. 2010. Citado em FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho e CARVALHO, Giovanna Elisa Oliveira. O aproveitamento econômico de rejeitos de mineração pela visão da Agência Nacional de Mineração e do Poder Judiciário. Citado em: A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 59-82.

FREIRE, William. Direito Minerário. Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. 2ª Ed. 2021. Citado em FARIA, Ana Maria Damasceno de Carvalho e CARVALHO, Giovanna Elisa Oliveira. O aproveitamento econômico de rejeitos de mineração pela visão da Agência Nacional de Mineração e do Poder Judiciário. Em: A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 59-82.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: Aide, 1995. Citado em GANDARA, Leonardo André. Plano de fechamento de mina e sua permeabilidade com os Princípios de Direito Ambiental. Em: A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p.161-186.

FREIRE, William. Direito Ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: AIDE, 2000. Citado em GANDARA, Leonardo André. Plano de fechamento de mina e sua permeabilidade com os Princípios de Direito Ambiental. Em: A relação jurídica entre o empreendedor minerador e o superficiário. Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p.161-186.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do consentimento para pesquisa mineral, do consentimento para lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Editora Mineira. 2005. Citado em SOUZA, Luíza Mello, PIMENTA, Isabela de Castro Lucas. Ilegalidade do decaimento de títulos minerários interferentes com unidades de conservação e soluções alternativas. Em: Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 201-226.

FREIRE, William. Direito Ambiental aplicado à Mineração. Belo Horizonte: Editora Mineira Livros Jurídicos, 2005. Citado em SOUZA, Luíza Mello, PIMENTA, Isabela de Castro Lucas. Ilegalidade do decaimento de títulos minerários interferentes com unidades de conservação e soluções alternativas. Em: Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 201-226.

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 5ª ed. Ver. Atualiz. Ampl. Belo Horizonte: Mandamentos. 2010. Citado em SARSUR, Marcelo. Repercussões penais do pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no crime de usurpação. Em: Direito da Mineração. 2ª. ed. ampliada. Belo Horizonte: Instituto dos Advogados de Minas Gerais, 2023, p. 363-388.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: Aide, 1995. Citado em: VILELA, Mateus Luz Terra. Processo aquisitivo de direitos minerários: uma análise epistemológica do título minerário. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022.

FREIRE, William. Direito Minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. Rio de Janeiro: Editora D'plácido, 2019. Citado em: Processo aquisitivo de direitos minerários: uma análise epistemológica do título minerário. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022.

FREIRE, William. Código de mineração anotado. 5. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010. Citado em BRITO, Felipe Pires M. Mineração em unidades de conservação no Brasil: entre discussões e possibilidades. Em: Dom Helder Revista de Direito, v.4, n.8, p. 39-57, Janeiro/Junho de 2021. Acesso em: 01 de janeiro de 2025.

FREIRE, William. O marco regulatório da mineração, o direito de prioridade estudado a partir do direito comparado e a oportunidade de acabar com as filas na porta do DNPM e reduzir sensivelmente as especulações. In: FREIRE, William (Coord.). Mineração, energia e meio ambiente. Belo Horizonte: Jurídica editora, 2010. p. 205 a 211. Citado em: LOBATO, Rosinaldo Sampaio. [Meta]Regulação minerária: a interferência do Tribunal de Contas da União na Agência Nacional de Mineração, 2021. 231 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 4ª ed. Rev. atualiz. Ampl. Belo Horizonte: Mandamentos. 2009. Citado em KOKKE, Marcelo. Usurpação Mineral e Tutela Ambiental. Em: Revista do Direito Público, Londrina, v.12, n.3, p.58-84, dez.2017| DOI: 10.5433/1980-511X.2017v12n3p58. Em KOKKE.Usurpao.Mineral.pdf. Acesso em 24/09/2021.

FREIRE, William. Regime jurídico dos recursos minerais no direito brasileiro. 2012. Acesso em: 9 abr. 2016. Em KOKKE, Marcelo. Citado em KOKKE, Marcelo. Usurpação Mineral e Tutela Ambiental. Em: Revista do Direito Público, Londrina, v.12, n.3, p.58-84, dez.2017| DOI: 10.5433/1980-511X.2017v12n3p58. Em KOKKE.Usurpao.Mineral.pdf. Acesso em 24/09/2021.

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 4ª ed. Belo Horizonte: Mandamentos. 2009. Em HENRIQUES Filho, Tarcísio. Direito Minerário (Anotações à legislação minerária brasileira. Curitiba: CRV. 2020.



FREIRE, William. Mining Law Dictionary. Dicionário de Direito Minerário. Belo Horizonte: Editora Mineira. 2008. ATHIAS, Jorge Alex SCAFF, Fernando Facury. Mineração e sustentabilidade ambiental: questões contemporâneas. In Contemporaneidade do Direito Ambiental e do Direito Minerário em Debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito. 2019.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar em Vigor. 4ª. Ed. Belo Horizonte: Mandamentos. 2009. Anais do V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia. Integrar e proteger. E do I Congresso da Rede Pan-Amazônia. Beatriz Costa. Editora: Dom Helder. 2018. Disponível em: <http://domhelder.edu.br/revista/index.php/congressodireitoambiental/article/view/1355/24642>

FREIRE, William. Código de Mineração anotado. 4ª ed. Ver. Atualiz. Ampl. Belo Horizonte: Mandamentos. 2009. Em BIZAWU, Kiwonghi; LASBIK, Thaís Aldred. Sustentabilidade na supressão de florestas para fins de mineração em área de domínio de Mata Atlântica. Revista de Direito Econômico e Socioambiental. Vol. 9, nº 2. Maio/Agosto 2018. Curitiba: PUCPR. 2018.

FREIRE, William. Regime Jurídico dos Recursos Minerais no Direito brasileiro. Revista Jurídica, vol. 9, nº 84. 2007. Em LUCIANO, Débora. Da banana à prata. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2019.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar em Vigor. 4ª. Ed. Belo Horizonte: Mandamentos. 2009. Revista de Direito Econômico e Socioambiental. Artigo: Sustentabilidade na supressão de florestas para fins de mineração em área de domínio da Mata Atlântica. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-SustentabilidadeNaSupressaoDeFlorestasParaFinsDeMi-6810993.pdf>

FREIRE, William. The legal principles and property on Brazilian Mining Law. Rodrigo Duarte Maia. Available: <https://www.webartigos.com/artigos/os-principios-e-a-propriedade-no-direito-ambiental-e-minerario/43938/>. Date: 04/05/18.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado, 4ª. Ed. In: Reflexões sobre a recomposição patrimonial da União nas Ações Cíveis Públicas de usurpação mineral. Em Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. Caderno do Patrimônio Cultural. Porto Alegre: Editora Magister, 2016.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. In: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. 5. ed. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 2012.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud SALES, Guilherme Lima de Moura. La administración de los bienes minerales como fuerza motriz del desarrollo social. Revista de Derecho, nº21, UASB-Ecuador/CEN. Quito. 2014.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. In: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. 5.ed. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 2012.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud BLANCO, Alejandro Vergara. Instituciones de Derecho Minero. Santiago de Chile: AbeledoPerrot, Legal Publishing, 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud PAREJO BUENO, Matilde María. Aportaciones al régimen jurídico del Dominio Público Minero y su aprovechamiento en el Derecho Administrativo Español: tese de doutoramento. 2009.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. COVRE, Julyana; CLEMENTE, Felipe; LÍRIO, Viviani S. New Brazilian Forest Code: Changes and Prospects. International Conference of Agricultural Economists: Agriculture in na Interconnected World. Università Degli Studi de Milano. Milão, Italia. 2015. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/212768/2/Covre,%20Clemente%20and%20Lirio.pdf>. Acesso em: 30 de Jun. 2016.

FREIRE, William. Fundamentals of Mining Law. Apud GESICKI, Ana Lucia Desenzi; SINDICO, Francesco. The Environmental Dimension of Groundwater in Brazil: Conflicts between Mineral Water and Water Resource Management. Journal of Water Resource and Protection, v. 6, n. 16, p. 1533, 2014. Disponível em: [http://file.scirp.org/Html/3-9402275\\_51933.htm](http://file.scirp.org/Html/3-9402275_51933.htm). Acesso em: 1 de Jul. 2016.

FREIRE, William. Os princípios e a propriedade no Direito Minerário Brasileiro. Rodrigo Duarte Maia. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/os-principios-e-a-propriedade-no-direito-ambiental-e-minerario/43938/>. Data da consulta: 05/04/18.

- FREIRE, William. O Licenciamento Ambiental no Direito Minerário. ARAUJO, Flavia Moller David. Fontes de Informação Jurídico-Ambiental. Referência Bibliográfica. 2015.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud BERCOVICI, Gilberto. Direito Econômico do petróleo e dos Recursos Minerais. São Paulo, Quartier Latin, 2011. p. 179-182.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Rio de Janeiro: AIDE, 1995. Apud. NOGUEIRA, Jenny Magnani de Oliveira. Aspectos do domínio mineral e as diretrizes constitucionais do setor. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente, apud. BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de Informação Jurídico-Ambiental. Sítios, dicionários, bibliografias e outras referências para pesquisa. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente, apud, AZEVEDO, Adriana Oliveira. A educação ambiental como política pública contributiva para o desenvolvimento sustentável no Amazonas. Artigo.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud MUNIZ, Joaquim Tavares de Paiva; BEZERRA, Gabriela. Arbitragem no Projeto de Nova Legislação de Direito Minerário. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 169
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud ATHIAS, Jorge Alex Nunes. O Novo Marco Regulatório da Mineração e o Meio Ambiente. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 187
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud SOUZA, Karla Karolina Harada; BOAS, Regina Vera Villas. Afetação de Direitos Individuais Homogêneos em Casos de Dano ao Meio Ambiente Causado por Atividade Minerária. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 237
- FREIRE, William. Política Mineral e Direito Minerário. O que o Brasil pode aprender com outros países n. Apud FERRAZ, Pedro Company. Mineração e Cavidades, Direitos (In)Conciliáveis? In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 335
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud ANGRISANI, Vera. Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) Pela Atividade Mineira. In: YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; JÚNIOR, José Ângelo Remédio. Direito Minerário e Direito Ambiental: fundamentos e tendências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 431
- FREIRE, William. Comentários ao código de mineração. 2. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1996. Citado em: SADDY, André. Possíveis formas de extinção do manifesto de mina. Ano 51 Número 202 abr./jun. 2014, p. 31-42.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SILVA, Rafael Ângelo de Sales. O manifesto de mina e a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais. Belo Horizonte: Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 18, n. 1, 2012.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MENDONÇA, José Osvaldo Corrêa Furtado de. Da impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por crime ambiental no direito brasileiro. Em: Jurisprudência mineira, Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, v. 62, n. 199, out./dez. 2011, p. 21-29, 2011.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud BLANCO, Alejandro Vergara. Instituciones de Derecho Minero. Santiago de Chile: AbeledoPerrot, Legal Publishing, 2010.
- FREIRE, William. Regime Jurídico dos Recursos Minerais no Direito Brasileiro. Apud TRINDADE, Adriano Drummond Caçado. Princípios de Direito Minerário Brasileiro. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 51.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud TRINDADE, Adriano Drummond Caçado. Princípios de Direito Minerário Brasileiro. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 69.

- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud DOMINGUES, Sheila F. M. Lima; SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de. A Legalidade da Cessão do Direito de Prioridade. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 152.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud LIMA, Guilherme Corrêa da Fonseca. Direitos e Garantias Fundamentais no Processo de Outorga de Direitos Minerários. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 169.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud SOUZA, Maurício Pellegrino de. Da Dispensa de anuência Prévia do Órgão Gestor da Área de Proteção Ambiental para Outorga de Autorização de Pesquisa Mineral. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 185.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud PESSOA, Thiago Thomaz Siuves. Ação de Avaliação de Renda pela Ocupação e Danos e Prejuízos para a Pesquisa Mineral. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 204.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud PETTERSEN, Daniel Ribeiro. Cessão Temporária e Concessão de Lavra. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 265-266.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GONÇALVES, Andréa Viggiano. A Participação do Proprietário do Solo nos Resultados da Lavra de Mina Manifestada. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 289-290.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud MELO, Adriana N. e S.; BELISÁRIO, Ana C. V.; SOUZA, Marcelo M. G. de. Aproveitamento Mineral sem Autorização. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud LOTT, Denes Martins da Costa. Desativação de Minas. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (Coord.). Direito Minerário em Evolução. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009. p. 331-332.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud DOMINGUES, José Marcos. The Brazilian Supreme Court and the compensation National System of Units of Natural Environment Conservation (SNUC): the ADIN 3.378-DF. Revista Direito GV, v. 5, n. 1, p. 125-146, 2009.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. In: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2007.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. In: BULNES, Juan Luis Ossa (Org.). Tratado de Derecho de Minería. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2007.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud MACHADO, Victor Penido; PEIXOTO, Frederico Augusto Lins. Distinções entre a CFEM e o Royalty do Petróleo e entre Receita Originária e Derivada. In: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 73.
- FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Apud LEÃO, Jardel Meireles. A CFEM como Indenização Administrativa. In: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010.
- FREIRE, William. Regime Jurídico dos Recursos Minerais do Direito brasileiro. Apud LEITE, Camila de Moraes; MARCUCI, Roberta Borella. A CFEM como Indenização Ambiental. In: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 106.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud PEIXOTO, Frederico Augusto Lins; MACHADO, Victor Penido. A CFEM como Tributo (CIDE). In: SILVA, Paulo Roberto Coimbra (Coord.). CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais: Natureza Jurídica e Questões Correlatas. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p.162.



- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud VILLAS-BÔAS, Hariessa Cristina; BARRETO, Laura. Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal. Rio de Janeiro. CYTED-CETEM, 2005.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SERRA, Silvia Helena. Pesquisa e Aproveitamento dos Recursos Minerais. In: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.38.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. In: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.97.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. In: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.115.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SERRA, Silvia Helena. A Formação e a Natureza Jurídica dos Direitos Minerários. In: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p.118.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SERRA, Silvia Helena. Extinção dos Direitos Minerários. In: SERRA, Silvia Helena (Org.). Direitos Minerários: Formação, Condicionamentos e Extinção. São Paulo: Signus, 2000. p. 149.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. In: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 69-70.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. In: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 75.
- FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. Apud COSTA, Beatriz Souza. A Evolução da Exploração Mineral na História Constitucional do Brasil. In: COSTA, Beatriz Souza (Org.). O Gerenciamento Econômico do Minério de Ferro como Bem Ambiental no Direito Constitucional Brasileiro. Belo Horizonte. 2008. p. 92-96.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud HERRMANN, Hildebrando; POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues; SILVA, Marcus Vinicius Lopes da (Coord.). Código de Mineração de 'A' a 'Z'. Campinas, SP. Millennium. 2008.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud RIBEIRO, Carlos Luiz (Org.). Direito Minerário: Escrito e Aplicado. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- FREIRE, William. Comentários à Constituição do Brasil. Apud RIBEIRO, Carlos Luiz (Org.). Direito Minerário: Escrito e Aplicado. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud ANDRADE, Daniel Carlos (Coord.) Aspectos Constitucionais do Direito Minerário: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro, 1998. p. 11, 22-23.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud ANDRADE, Daniel Carlos (Coord.) Aspectos Constitucionais do Direito Minerário: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro, 1998. p. 16-17.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud ANTUNES, Paulo de Bessa (Org.). Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ltda. 1996. p. 286-287.



- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud NUNES, Paulo Henrique Faria (Org.). Meio Ambiente e Mineração: O Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: Juruá. 2008. p. 71, 78.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud VILELA, Gracielle Carrijo; RIEVERS, Marina (Org.). Direito e Meio Ambiente: Reflexões Atuais. Belo Horizonte: Fórum. 2009.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud CORRÊA, Jacson (Org.). Proteção Ambiental e Atividade Minerária. Curitiba: Juruá. 2003. p. 100.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud MORAES, Antônio Carlos de. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa e Lavra Mineral. In: FREIRE, William (Coord.). Revista de Direito Minerário: Repertório de Doutrina e Jurisprudência. Belo Horizonte: Mineira. 2000. p. 45.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud MATHIS, Armin; DE BRITO, Daniel Chaves; BRÛSEKE, Franz Josef. Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia. Belém. Editora Cejup, 1997. p. 290.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud ARAÚJO, Lílian Alves de (Org.). Ação Civil Pública Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2001. p. 25-26.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud POVEDA, Eliane Pereira Rodrigues (Org.). A Eficácia Legal na Desativação de Empreendimentos Minerários. São Paulo: Signus. 2007.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud DIAS, Edna Cardozo (Org.). Manual de Direito Ambiental. Belo Horizonte: Mandamentos. 2003.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Coletânea de Legislação Mineral. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Minerário. Apud SANTOS, Lúcia Helena Alves dos. O Direito Minerário e o Instituto do Manifesto de Mina. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1964, 16 nov. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud FRANCO, Paulo Sérgio de Moura. A Tutela do Meio Ambiente e Responsabilidade Civil Ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 52. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11965>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MARÇAL, Claudia. Aspectos Legais do Poder de Polícia Ambiental Municipal. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 677, 13 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6695>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. A Tutela da Floresta na Legislação Penal e no Direito Econômico. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 313, 16 maio 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5212>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud COSTA, Marcos Brant Gambier. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária e sua Repercussão em Área de Vocação Mineral. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 44, ago. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1679>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud PENIDO, Henrique Rocha. Biodiesel: Debates e Propostas. A Inclusão Social, a Preservação Ambiental e os ganhos Econômicos. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 673, 9 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6702>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental brasileiro. Apud CERVI, Taciana Marconatto Damo. A Atuação do Estado Brasileiro para a Sustentabilidade: A Interação Necessária entre Direito e Meio Ambiente. Disponível em: <[http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/20/01\\_taciana\\_marconatto\\_damo\\_cervi.html](http://huespedes.cica.es/aliens/gimadus/20/01_taciana_marconatto_damo_cervi.html)>. Acesso em 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud BARROSO, Lucas Abreu. Propriedade dos Recursos Minerais e Propriedade do Solo e do Subsolo no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/noticias/artigos/Default.asp?artigo\\_id=880024&m=1](http://www.lex.com.br/noticias/artigos/Default.asp?artigo_id=880024&m=1)>. Acesso em 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e Legislação Complementar Mineral e Ambiental em Vigor. Apud SILVESTRE, Mariel. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável no Direito Ambiental e Instrumentos Legais de Sustentabilidade no que tange a algumas Atividades geradoras de Energia Elétrica. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT06/mariel\\_silvestre.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/mariel_silvestre.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud CERVI, Taciana Marconatto Damo. O Estudo de Impacto Ambiental: A Realidade entre a proteção Jurídica do Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5869](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5869)>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Oralidade no Direito Administrativo: Licenciamento Ambiental e Audiência Pública. Disponível em: <[www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto967.rtf](http://www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto967.rtf)>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud COSTA, Larissa de Oliveira. Sistema de Gestão Ambiental. Disponível em: <[http://agata.ucg.br/formularios/ucg/institutos/nepjur/pdf/pos\\_05.pdf](http://agata.ucg.br/formularios/ucg/institutos/nepjur/pdf/pos_05.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SILVA, João Vitor dos Santos; CARREIRO, Antônio Almeida. Licenciamento Ambiental para Empreendimentos Imobiliários e Turísticos. Disponível em: <[dc150.4shared.com/.../LICENCIAMENTO\\_AMBIENTAL\\_PARA\\_E.doc](http://dc150.4shared.com/.../LICENCIAMENTO_AMBIENTAL_PARA_E.doc)>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MARTINS, Waldene da Silva; COELHO, Vânia Maria Bemfica Guimarães Pinto. A Interpretação e Aplicação do Princípio da Insignificância no Direito Ambiental. Disponível em: <<http://www.fadiva.edu.br/Documentos/publicacoes/2008/4.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud HORTA, Mônica. Negociabilidade Títulos Minerários. Acesso em: 25 mai. 2010. p. 7.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud HORTA, Mônica. Natureza Jurídica e Formação dos Direitos Minerários. In: Negociabilidade Títulos Minerários. Acesso em: 25 mai. 2010. p. 53.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud TOGNERI, Sandra Cristina Pires. O Poder da Multa Abusos e Limitações dos Órgãos Ambientais. Disponível em: <<http://www.mcampos.br/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/sandracristinapoderdamultaabusoslimitacoesorgaosambientais.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.



FREIRE, William. Recurso Especial e Extraordinário. Apud CARDOZO, Marcela Holanda Ribeiro. Repercussão Geral como Requisito de Admissibilidade do Recurso Extraordinário. Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/23309/Repercuss%C3%A3o\\_Geral\\_Requisito.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/23309/Repercuss%C3%A3o_Geral_Requisito.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Termos Ambientais. Apud RASLAN, Alexandre Lima. Princípio do Poluidor – Usuário - Pagador: Fundamentos e Concretização. Disponível em: <[http://www.mp.ms.gov.br/portal/manual\\_ambiental/arquivos/O%20Princ%C3%ADpio%20do%20Poluidor%20Usu%C3%A1rio%20Pagador%20Fundamentos%20e%20Concretiza%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.mp.ms.gov.br/portal/manual_ambiental/arquivos/O%20Princ%C3%ADpio%20do%20Poluidor%20Usu%C3%A1rio%20Pagador%20Fundamentos%20e%20Concretiza%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud NETO, Carmine de Siervi. A Evolução da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Brasileiro. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5466](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5466)>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SILVA, Luciane Mara da. Noções Gerais de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.ajes.edu.br/arquivos/20081107102939.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SANT'ANNA, Tiago Lezan. Uso e Preservação dos Recursos Hídricos: Aspectos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3305.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3305.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SOUZA, Alexandre Parigot de. A Integração Protetiva do Ambiente, da Saúde Ocupacional e da Segurança Industrial no Brasil. Disponível em: <[http://www.cesa.org.br/arquivos/RevCESA9edicao\\_finalPARIGOT.pdf](http://www.cesa.org.br/arquivos/RevCESA9edicao_finalPARIGOT.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SILVA, Allan Leon Casemiro da. O Dano Ambiental: Princípios da precaução e do Poluidor Pagador. Disponível em: <[www.facs.br/revistajuridica/edicao\\_dezembro2003/.../disc07.doc](http://www.facs.br/revistajuridica/edicao_dezembro2003/.../disc07.doc)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. Apud SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. In. SOUZA, Maurício Pellegrino de; TAVARES, Renata Campos Laborne. Arrendamento de Mina e a Dinâmica da Mineração: Reflexões sobre aspectos conceituais da nova disciplina a partir da portaria DNPM n°269/2008. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.195.

FREIRE, William. Direito Ambiental aplicado à Mineração. Apud SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. In. SOARES, Cristiana Nepomuceno de Souza; AGUIAR, Paula Meireles. Medidas Compensatórias de Natureza Ambiental e Florestal Aplicáveis à Atividade Minerária. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.121.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. Apud SOUZA, Maurício Pellegrino de; WERKEMA, Maurício Sirihal; GANDARA, Leonardo André Gandara; MARQUES, Luciana Drumond Gallo. Direito Minerário. In. MARQUES, Luciana Drumond Gallo; FIGUEIREDO, Fábio Henrique Vieira. A Impossibilidade de Interrupção da Atividade Minerária em Face do Direito de Propriedade dos Quilombolas. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2011. p.81.

FREIRE, William. Regime jurídico da mineração e marco regulatório a partir de uma análise de Direito Comparado. Apud CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA. Setor mineral rumo a um novo marco legal. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Série Cadernos de altos estudos, n. 8. p.149

FREIRE, William; LARA, Daniela. Os Reflexos da reparação e composição civil do dano ambiental na responsabilização criminal. Apud INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Atividade Empresarial e Sua Legalidade Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2011. Nº Especial.

FREIRE, William. Comentários ao Código de mineração. Apud MALERBA, Juliana. MILANEZM, Bruno. WANDERLEY, Luiz Jardim. Novo marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.



- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud MEERHOLZ, Andre Leonardo. O modelo regulatório do pré-sal e a neutralização da doença holandesa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <[www.acervodigital.ufpr.br](http://www.acervodigital.ufpr.br)>. Acesso em 25 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud DE SANT'ANA, Diogo. Estado, Direito e Produção de alimentos: Análise a partir do “Ponto de Estrangulamento” no Setor de Fertilizantes. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: <[teses.usp.br](http://teses.usp.br)>. Acesso em: 25 de jun. 2016
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud PREVE, Daniel Ribeiro. Legislação e recuperação ambiental: instrumentos jurídicos na recuperação de áreas degradadas pela exploração carbonífera em Criciúma/SC. Dissertação de Mestrado. Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2014. Disponível em: <[dspace.unesc.net](http://dspace.unesc.net)>. Acesso em: 25 de jun. 2016
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud KONO, Bruno. A Propriedade do Solo no Direito Minerário: as repercussões jurídicas e econômicas derivadas. 2011. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/direito-minerario/downloads/eventos\\_materiais/2-debate-sobre-mineracao-belem/apresentacoes/mineracao-e-a-propriedade-do-solo.pdf](http://www4.pucsp.br/direito-minerario/downloads/eventos_materiais/2-debate-sobre-mineracao-belem/apresentacoes/mineracao-e-a-propriedade-do-solo.pdf)>. Acesso em 25 de jun. 2016
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud ARAUJO, Flavia Möller David. O licenciamento ambiental no regime de autorização de pesquisa e concessão de lavra. DIREITO AMBIENTAL NO SÉCULO XXI, p. 178. Disponível em: <[www.researchgate.net](http://www.researchgate.net)>. Acesso em 27 de jun. 2016
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud GONÇALVES, Oksandro Osdival; OSORIO, Ricardo Serrano. Desenvolvimento e (de) crescimento através da atividade minerária no Peru: sob um estado socioambiental? Revista Direito Ambiental e sociedade, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php>>. Acesso: 27 de jun. 2016
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud RONQUIM FILHO, Adhemar. Aspectos da construção do novo marco regulatório da mineração brasileira. 2012. 118 f. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara-SP, 2012. Disponível em: <[http://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento\\_regional\\_meio\\_ambiente/dissertacoes/2012/adhemar-ronquim-filho.pdf](http://www.uniara.com.br/arquivos/file/cursos/mestrado/desenvolvimento_regional_meio_ambiente/dissertacoes/2012/adhemar-ronquim-filho.pdf)>. Acesso em: 27 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Código de Mineração Anotado. Apud FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. Direito financeiro aplicado ao setor do petróleo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em 27 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud Hernandez, Fernanda Guimarães. Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais Regra Matriz de Incidência. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em 27 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud NOGUEIRA, Jenny Magnani de Oliveira et al. Aspectos do domínio mineral e as diretrizes constitucionais do setor. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: <[www.repositorio.ufsc.br](http://www.repositorio.ufsc.br)>. Acesso em: 27 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud DA SILVEIRA, Renata Abrantes. Aspectos jurídicos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais-CFEM. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. Disponível em: <[dominiopublico.gov.br](http://dominiopublico.gov.br)>. Acesso em: 27 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. Aspectos jurídico-econômicos da atividade minerária no Brasil. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12008&revista\\_caderno=5](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12008&revista_caderno=5)>. Acesso em 30 de Jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. O licenciamento ambiental nas atividades de mineração. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12009&revista\\_caderno=5](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12009&revista_caderno=5)>. Acesso em 30 de jun. 2016.

- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud ARAUJO, Daiane Mendes; DOS SANTOS FILHO, Nilo Gonçalves. Licenciamento Ambiental para Mineradoras. Disponível em: <[atenas.edu.br](http://atenas.edu.br)>. Acesso em 30 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud MARTINS, Daniela Lara; DA CRUZ, Luiz Carlos. “O Manifesto de Mina” no Direito Minerário Brasileiro. Disponível em: <[http://www.convibra.org/upload/paper/2012/28/2012\\_28\\_4507.pdf](http://www.convibra.org/upload/paper/2012/28/2012_28_4507.pdf)>. Acesso em: 30 de jun. 2016
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud FERREIRA MARQUES, Benedito. A natureza real e contratual da outorga de direitos de uso de recursos hídricos. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pernambuco. 2004. Disponível em: <[www.repositorio.ufpe.br](http://www.repositorio.ufpe.br)>. Acesso em: 30 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud FIGUEREDO, Douglas Dias Vieira de. A União como gestora dos recursos minerais e sua repercussão no enquadramento das receitas oriundas da CFEM. Dissertação de mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2014. Disponível em: <[www.domhelder.edu.br](http://www.domhelder.edu.br)>. Acesso em: 30 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GONÇALVES, Emanuel Vieira; DE LIRA, Daniel Ferreira. Prolegômenos do Código de Mineração brasileiro: uma análise necessária à luz do direito ambiental. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=12055&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=12055&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acesso em 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud DE BARROS MERCER, Edmundo Paes; MACHADO, Iran F.; HERRMANN, Hildebrando. Ecoeficiência e Desenvolvimento Sustentável: uma visão holística da mineração. Disponível em: <<http://www.cotemar.com.br/biblioteca/mineracao/500anos-BLOCO%20III%20.pdf>>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GÖCKS, Nara Raquel Alves. A mineração de agregados para a construção civil no novo marco regulatório: tratamento (in) diferenciado. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2015. Disponível em: <[repositorio.ucs.br](http://repositorio.ucs.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud SPENGLER, Fabiana Marion; GIMENEZ, Charlise P. Colet. O Direito ao Meio Ambiental Equilibrado e Sadio: O Tratamento do Conflito Sociambiental a partir da Mediação. In: Justicia y medio ambiente. Punto Rojo. p. 75-89. 2013. Disponível em: <[www.dialnet.unirioja.es](http://www.dialnet.unirioja.es)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud LEMOS, Elianne Christine. Potencialidade das riquezas do subsolo brasileiro. Conexão ciência (Online), v. 4, n. 1, p. 85-89, 2009. Disponível em: <[www.periodicos.uniformg.edu.br](http://www.periodicos.uniformg.edu.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud GARCIA, Leonardo de Medeiros. A Natureza Jurídica da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e o Entendimento do STF sobre o assunto. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo. Vitória: PGE/ES. Semestral. 2005. p. 191. Disponível em: <[www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Comentários ao Código de Mineração. Apud Farias, Talden Queiroz. Plano de Recuperação de Área Degradada: análise de sua efetividade na Região Metropolitana de João Pessoa. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011. Disponível em: <[www.recursosnaturais.ufcg.edu.br](http://www.recursosnaturais.ufcg.edu.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud LOUBET, Luciano Furtado. Logística Reversa (Responsabilidade Pós-Consumo) Frente ao Direito Ambiental Brasileiro-Implicações da Lei nº. 12.305/2010. Disponível em: <[www.cabo.pe.gov.br](http://www.cabo.pe.gov.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud LOUBET, Luciano Furtado. Regime Jurídico do Ecoturismo e o Papel do Ministério Público em sua Defesa e Controle. In: III Congresso Internacional de Direito Ambiental promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União em Campo Grande-MS. 2004. Disponível em: <[www.ambiente.sp.gov.br](http://www.ambiente.sp.gov.br)>. Acesso em: 01 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud QUEIROZ, Rodolfo Hathchwell Borges de. Pós-tratamento de efluentes anaeróbicos em reator de microalgas imobilizadas. 2014. Disponível em: <[www.dspace.bc.uepb.edu.br](http://www.dspace.bc.uepb.edu.br)>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud TEIXEIRA, Carlos Geraldo. Monografia Completa. Série Monografias do CEJ, v. 13, 2012. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/mono/article/view/1671/1630>>. Acesso em: 02 de jul. 2016
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud MELE, João Leonardo et al. Ordem pública ambiental: a intervenção das políticas ostensiva-preventivas na salvaguarda do meio ambiente. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos. 2008. Disponível em: <[www.biblioteca.unisantos.br](http://www.biblioteca.unisantos.br)>. Acesso em: 02 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Dicionário de Direito Ambiental e Vocabulário Técnico de Meio Ambiente. Apud DA CRUZ GODOY, Larissa Ribeiro. Proposta de Análise de Políticas Públicas a partir das Tipologias de Surel e de Kuhn: o caso da compensação ambiental no Brasil. Revista Gestão & Políticas Públicas, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <[www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)>. Acesso em 02 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud FREIRE, Mônica Bahia Galante. A atividade minerária na efetivação da sustentabilidade intergeracional e do fechamento de mina. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2014. Disponível em: <[www.faculdadeemge.com.br](http://www.faculdadeemge.com.br)>. Acesso em: 02 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud VASCONCELOS, Luis André de Araújo. Federalismo Cooperativo e Proteção Ambiental na Constituição de 1988. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2013. Disponível em: <[http://www.domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos\\_dissertacoesdefendidas/36d3eb4d42e0ac796b47cd2bea7b3db9.pdf](http://www.domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/36d3eb4d42e0ac796b47cd2bea7b3db9.pdf)>. Acesso em: 02 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Aplicado à Mineração. Apud CAVALCANTI, Vanessa Maria Mamede. Arcabouço legal nacional para pesquisa e lavra mineral no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva. Parcerias Estratégicas, v. 12, n. 24, p. 61-94, 2010. Disponível em: <[www.seer.cgee.org.br](http://www.seer.cgee.org.br)>. Acesso em: 02 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud CARVALHO, Délton Winter de. Dano ambiental futuro: da assimilação dos riscos ecológicos pelo direito à formação de vínculos jurídicos integracionais. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2006. Disponível em: <[www.repositorio.jesuita.org.br](http://www.repositorio.jesuita.org.br)>. Acesso em: 02 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud CORRÊA, Leonardo Alves. A interpretação do princípio da insignificância no Direito Ambiental. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 57, 1 jul. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2969>. Acesso em: 02 jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MORAES, Rodrigo Jorge. Setor sucroalcooleiro: regime jurídico ambiental das usinas de açúcar e álcool. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009. Disponível em: <[www.dominiopublico.mec.gov.br](http://www.dominiopublico.mec.gov.br)>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud Marçal, CLÁUDIA. Licenciamento e fiscalização ambiental pelos consórcios públicos. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2006. Disponível em <[www.repositorio.unb.br](http://www.repositorio.unb.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MYSZCZUK, Ana Paula; MEIRELLES, J. M. Testes Genéticos, Eugenia E Contrato Do Trabalho: Análise À Luz Da Declaração Universal Dos Direitos Humanos E Do Genoma Humano E Da Constituição Federal de 1988. In: XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. p. 1117. 2009. Disponível em: <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao\\_paulo/1964.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/1964.pdf)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud COSTA, Marli; HERMANY, Ricardo. Interconexões entre desenvolvimento sustentável, planejamento urbano participativo, cidadania e função social do município. Prima Facie-Direito, História e Política, v. 5, n. 8, 2006. Disponível em: <[www.periodicos.ufpb.br](http://www.periodicos.ufpb.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud PRUDENTE, Antônio Souza. Tutela inibitória do risco ambiental: tutela cautelar do meio ambiente, como instrumento de eficácia do princípio da precaução. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2005. Disponível em: <[www.repositorio.ufpe.br](http://www.repositorio.ufpe.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.



- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MARTINOTTO, Fernanda. Direito e genoma humano: proteção da biodiversidade face às pesquisas genéticas no direito brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2014. Disponível em: <[www.repositorio.ucs.br](http://www.repositorio.ucs.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DE OLIVEIRA, Felipe Faria. HERMENÊUTICA TRIBUTÁRIA, TÍPICIDADE E DIREITOS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2008. Disponível em: <[www.biblioteca.pucminas.br](http://www.biblioteca.pucminas.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud RIBEIRO, Marcia Weber Lotto; DE FARIA, Fernanda Cury. Responsabilidade Civil por Dano Ambiental. Acesso em: <<http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoresponsabilidadecivilpordanoambiental.pdf>>. Acesso em: 03 de jun. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DA SILVA, Vilma Rezende. Práticas sustentáveis: o uso consciente do papel e o reaproveitamento de materiais. Revista Laborativa, v. 4, n. 2, p. 79-89, 2015. Disponível em: <[www.ojs.unesp.br](http://www.ojs.unesp.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud GABBAY, Samuel Max; DE OLIVEIRA DUQUE, Carlos Eduardo; DE ALENCAR XAVIER, Yanko Marcius. Política Energética Nacional e Biodiesel. 2007. Disponível em: <[www.portalabpg.org.br](http://www.portalabpg.org.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud. PRADO FILHO, José Francisco do. O Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de Projetos e Empreendimentos Minerários como um Instrumento de Gestão Ambiental: Estudo de Casos no Quadrilátero Ferrífero (MG). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MESSIAS, Marcos Perez. Rotulagem de alimentos geneticamente modificados e a responsabilidade ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos. 2009. Disponível em: <[www.biblioteca.unisantos.br](http://www.biblioteca.unisantos.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SEIFERT, Ronaldo Gerd. Culpabilidade e responsabilidade administrativa ambiental. Revista de Direito, v. 14, n. 19, 2015. Disponível em: <[www.pgsskroton.com.br](http://www.pgsskroton.com.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud VIANNA, Paulo Sergio; BERALDO, Marllon. Direito Ambiental Constitucional e a Prova dos Ilícitos Ambientais. Acesso em: <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/07\\_1185.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/07_1185.pdf)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud CAON, Liane Martins. A Necessária Constituição de Políticas Públicas Protetivas dos Mananciais Hídricos como Medida Implementadora do Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2006. Disponível em: <[www.polo.unisc.br](http://www.polo.unisc.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MONTENEGRO, Magda. Responsabilidade civil pelo risco da atividade e o meio ambiente Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2003. Disponível em: <[www.repositorio.ufpe.br](http://www.repositorio.ufpe.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud NASCIMENTO, Ana Carolinne P. do. A aplicação do princípio da insignificância na responsabilidade civil do dano ambiental. Themis: Revista da ESMEC, Fortaleza, v. 7, n. 2, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/51477>>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DE CERQUEIRA, Walter Rocha. Pós-Eficácia das Obrigações: Uma Abordagem sobre a Destinação de Resíduos Sólidos Perigosos. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2007. Disponível em: <[www.biblioteca.pucminas.br](http://www.biblioteca.pucminas.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud CERVI, Taciana Marconatto Damo. A atuação do Estado Brasileiro para a sustentabilidade: a interação necessária entre direito e meio ambiente. Medio Ambiente & Derecho: Revista electrónica de derecho ambiental, n. 20, p. 1, 2010. Disponível em: <[www.dialnet.unirioja.es](http://www.dialnet.unirioja.es)> Acesso em: 03 de jul. 2016

- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. Assédio moral coletivo nas relações de trabalho: uma análise sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais dos trabalhadores. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DE AGUIAR, Pedro Geraldo Cunha. Pessoa Jurídica e sua Responsabilidade Penal nos Crimes Ambientais. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília. 2010. Disponível em: <[www.unimar.com.br](http://www.unimar.com.br)>. Acesso em 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MORAIS, Livia Silva de. Degradação ambiental do Rio Preto na cidade de Santa Rita-PB. 2013. Disponível em: <[www.dspace.bc.uepb.edu.br](http://www.dspace.bc.uepb.edu.br)>. Acesso em 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MELETI, Marilisa Verzola. As Perspectivas Contemporâneas Jurídico-Ambientais no Âmbito da Tradicional Liberdade Contratual. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <[www.revista.direitofranca.br](http://www.revista.direitofranca.br)>. Acesso em 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud MARTINS, Vera Lucia da Silva. Análise da eficácia do termo de ajustamento de conduta no âmbito do inquérito civil como instrumento extraprocessual do ministério público para a proteção do meio ambiente. 2012. Disponível em: <[www.repositorio.upf.br](http://www.repositorio.upf.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud OSSIPE MARTINI BOTELHO, Cristina. A culpabilidade e a punição da pessoa jurídica em delitos ambientais: a necessária revisão da dogmática penal. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2004. Disponível em: <[repositorio.ufpe.br](http://repositorio.ufpe.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud FOLLADOR, Alessandro Valério. Responsabilidade Civil por Danos Ambientais Aspectos Jurídico-Ambientais do Rodoanel. 2005. Disponível em: <[www.arquivo.fmu.br](http://www.arquivo.fmu.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DE MOURA FILHO, Colemar José. Revista da OAB Goiás Ano XIV nº 46 Lei 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.oabgo.org.br/Revistas/46/juridico6.htm>>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DUTRA, Karla Rafael. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica nos Crimes Ambientais. Acesso em <[emerj.tjrj.jus.br](http://emerj.tjrj.jus.br)>. 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DA COSTA, José Lenivaldo Pereira; SEEC-PB, Es-. Educação Ambiental: A Visão dos Educadores na Escola da EJA. Disponível em: <[www.editorarealize.com.br](http://www.editorarealize.com.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud BIRNFELD, Liane Francisca Hüning et al. A extrafiscalidade nos impostos brasileiros como instrumento jurídico-econômico para a promoção de defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <[www.tede2.pucrs.br](http://www.tede2.pucrs.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud RECKZIEGEL, Janaína. A responsabilidade civil do Estado frente às limitações ao direito de propriedade nas áreas de preservação permanente, às margens de rios urbanos. 2014. Disponível em: <[www.repositorio.ucs.br](http://www.repositorio.ucs.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SOUZA, Bruna Ramayane Reis Pena de. Atribuição de direitos aos animais: da sujeição a sujeitos? Os caminhos de um debate. 2012. Disponível em: <[www.repositorio.uniceub.br](http://www.repositorio.uniceub.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DOS REIS, Marcelo. ICMS Ecológico como Instrumento de Proteção Ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade de Marília. 2011. Disponível em: <[www.unimar.br](http://www.unimar.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016
- FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud DE MOURA FRANCO, Paulo Sérgio; DALBOSCO, Ana Paula. A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental. 2001. FRANCO, Paulo Sérgio de Moura; DALBOSCO, Ana Paula. A tutela do meio ambiente e responsabilidade civil ambiental. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n.52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2357>>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. Apud SCALON, Marina Gutierrez Brandão. Águas minerais e recursos hídricos: uma perspectiva de gestão integrada. Revista de Direito, Estado e Recursos Naturais, v. 1, n. 1, p. 131-160, 2011. Disponível em: <[www.periodicos.unb.br](http://www.periodicos.unb.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. Apud SILVA, Rafael Angelo de Sales. O manifesto de mina e a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 18, n. 1, 2012. Disponível em: <[direito.ufmg.br](http://direito.ufmg.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral, do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Minas no Direito Brasileiro. Apud VIEIRA, Rodrigo Rodrigues Leite. A competência para a instituição do ICMS na extração do petróleo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <[www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Recurso Especial e Extraordinário. Apud WAIHRICH, Ricardo Siqueira. A impugnação da decisão que recebe retido o recurso especial: artigo 542, § 3º, do Código de Processo Civil. BDJur, Brasília, DF, 3 ago. 2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/23278>>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Gestão de Crise e Negociações Ambientais. Apud DE LIMA, Luiz Henrique Moraes. O Tribunal de Contas da União e o controle externo da gestão ambiental. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <[www.ppe.ufrj.br](http://www.ppe.ufrj.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016

FREIRE, William. Gestão de Crise e Negociações Ambientais. Apud COSTA, Sildaléia Silva. Seguro Ambiental: garantia de recursos para reparação de danos causados ao meio ambiente. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2012. <[www.repositorio.unb.br](http://www.repositorio.unb.br)>. Acesso em: 03 de jul. 2016.

FREIRE, William. Mineração, Energia e Ambiente. Apud FERREIRA, Adriany Barros de Britto. Povos indígenas e a exploração dos recursos minerais: um estudo pautado no reconhecimento do direito à diferença no Estado socioambiental de direito. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Dom Helder Câmara ESDHC. 2013. Disponível em: <[www.domhelder.edu.br](http://www.domhelder.edu.br)>. Acesso em: 03 de jul 2016.

FREIRE, William. Código de Mineração Anotado e legislação complementar mineral e ambiental em vigor. Apud SILVESTRE, Mariel. Mineração em área de Preservação Permanente: intervenção possível e necessária. São Paulo: Signus Editora, 2007.

FREIRE, William. Direito Ambiental Brasileiro. Apud SILVA, Allan Leon Casemiro da. O Dano Ambiental: Princípios da precaução e do Poluidor Pagador. Disponível em: <[www.facs.br/revistajuridica/edicao\\_dezembro2003/.../disc07.doc](http://www.facs.br/revistajuridica/edicao_dezembro2003/.../disc07.doc)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

---

Colunas jurídicas em revistas especializadas em mineração:

InTheMine

Areia e Brita